

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CENTRO SOCIOECONÔMICO

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA FUCAS: REFLEXÕES A PARTIR DO  
“PROGRAMA CAMPEÕES NAS QUADRAS E NA VIDA”**

**THUANE SALGADO DE OLIVEIRA**

FLORIANÓPOLIS  
2016.1

**THUANE SALGADO DE OLIVEIRA**

**TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA FUCAS: REFLEXÕES A PARTIR DO  
“PROGRAMA CAMPEÕES NAS QUADRAS E NA VIDA”**

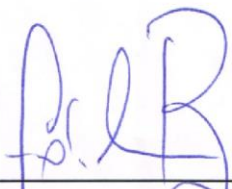
Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da professora Dra. Edilane Bertelli.

FLORIANÓPOLIS  
2016

THUANE SALGADO DE OLIVEIRA

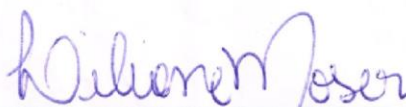
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, defendido e aprovado em Banca Examinadora, no mês de agosto de 2016, composta pelas seguintes integrantes.

BANCA EXAMINADORA



---

Dra. Edilane Bertelli (Orientadora)  
Docente DSS - UFSC



---

Dra. Liliane Moser  
Docente DSS - UFSC



---

Juliane Soares Feubach  
Assistente Social - FUCAS

*Dedico este trabalho a todas as crianças, adolescentes e suas receptivas famílias atendidas pelo serviço social na Fundação Catarinense de Assistência Social, que nessa longa convivência me inspiraram para realização deste estudo. Dedico também a minha família em especial, aos meus pais Eliane e João que sempre me apoiaram nos meus estudos e sem eles nada disso teria sido possível.*

**Meu muito obrigado!**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os seres superiores de luz, pela energia, força e coragem recebida durante toda essa caminhada da vida. A todos que me acompanharam e estiveram comigo durante todo esse processo de formação.

Minha eterna gratidão, amor e respeito aos meus pais que sempre me apoiaram, incentivaram e nunca me deixaram desistir. Mostram-me que as dificuldades da vida faz parte do processo do qual queremos chegar. Vocês são meu alicerce e fizeram com que fosse possível essa etapa. Meu amor por vocês é incondicional!

Agradeço a minha Gaby pequenina por toda preocupação que teve comigo e por todas as torradinhas com chá que fez pra mim. A mana te ama muito!

Ao meu companheiro, amor e noivo Douglas. Obrigado pelos seis anos de companheirismo, carinho, amizade e confiança. Por todas as histórias, risos e superações. Obrigado por todo apoio ao longo desse percurso, Amo você!

Aos meus bebês: Petrick e Bernardo que me fazem ser a dinda mais feliz e amada do mundo. Vocês deixam meus dias mais coloridos, a dinda ama muito vocês!

A todos os meus familiares por todo amor e apoio recebido. Em especial, a minha madrinha Marcia por ser essa mulher guerreira, linda e dedicada comigo, admiro muito você! Ao meu padrinho Noé (*in memoriam*) por ter sido uma pessoa maravilhosa, tenho a certeza que deve estar feliz por mim. Aos meus padrinhos (Toni, Cá, Bia) que mesmo longe, sempre estiveram presente na minha vida, obrigado a todos vocês!

Aos meus companheiros fiéis de quatro patas: Magogue, Piramom, Algodão e o Puff pela energia e doçura que transmitem! Vocês são meus eternos ursinhos de pelúcia.

As minhas parceiras Gabi, Bina, Elaine, Path, Paula, Dorlene, Rô e Djuly. Que bom saber que tenho vocês e que temos muita história pra contar juntas. Amo todas!

As minhas amigas e futuras colegas de profissão: Mel Jorge, Lindsey Nandi, Laíse Gonçalves, Janine Medeiros, Carla Liane, Jana Dutra, Juliana Ramos e Laís Cruz. Meu eterno agradecimento pelos momentos que juntas passamos, pelo apoio,

carinho, parceria, força e compreensão. Vocês foram muito especiais nesse processo. Amo amizade de vocês e tenho um carinho especial por cada uma!

A minha amiga e colega, Mel. Pelo intensivo que fizemos na B.U. Amiga obrigada por ser parceira nesta reta final! Vou sentir falta destes momentos intensos que vivemos na B.U (haha), só nos sabemos das dificuldades e dos problemas que enfrentamos né? “miga sua louca” obrigado por tudo!

Ao meu amigo, colega e parceiro Joel. Amigo obrigado pela força durante esses quatro anos de UFSC. Pode deixar que não esquecerei das teorias de Marx e Lukács! E na Luta continuaremos!

Minha imensa gratidão as ex e sempre petianas: Leticia, Camila, Andrieli, Carol, Karen, Raiana, Yolanda, Lindsey, Helen e a tutora Simone. Vocês foram demais, cresci e aprendi muito com vocês, foram os dois anos mais importantes pra mim. Obrigado por fazer parte desse grupo, por todas as vivências, risos, alegrias, e por toda aprendizagem compartilhada. Vocês estão do meu lado esquerdo!

Agradeço as meninas do vôlei iniciação pelos momentos que compartilhamos juntas, foi demais essa experiência! Ao professor Ricardo e aos seus voluntários: Mel e Maycon por toda dedicação e ensinamento. Vou sentir falta de todas as terças e quintas com vocês!!! Entre as experiências desses quatro anos de UFSC....Essa lacrou!!!

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina, que me contemplou com a bolsa estudantil e possibilitou minha permanência neste espaço, oportunizou ser a bolsista do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social, de participar de viagens, debates, semana acadêmica, feirinha nas quartas-feiras, enfim quero dizer que estar nessa universidade pública me fez aprender muitas coisas, posso afirmar que vivi intensamente estes quatro anos.

Agradeço todo corpo docente do Departamento de Serviço Social e aos servidores. Esse processo talvez não se concretizasse sem auxílio e contribuição de vocês! Obrigado!

Em especial gostaria de agradecer a minha orientadora professora Edilane Bertelli, que aceitou meu convite e se propôs a me guiar nesse caminho. Agradeço por ser dedicada, delicada e por ter confiado e acreditado no meu potencial. Agradeço pela experiência ao longo destes três meses e por compartilhamos todo

esse aprendizado. Minha gratidão, carinho, e meu muito obrigado a você! És maravilhosa!

Gostaria de agradecer a professora Liliane e ao seu Mestrando Bruno, pelas aulas ministradas de Políticas sociais e Famílias, obrigado por compartilharem todo o aprendizado de vocês, essas aulas foram fundamental para realização deste trabalho.

Agradeço a instituição FUCAS, no qual realizei meu estágio curricular obrigatório I e II durante um ano, em que me aproximou da realidade que até então estava distante de mim, no qual me identifiquei, e me dispus a aprender, conhecer e compreender o trabalho que realizam. A todos as crianças, adolescentes e suas famílias que tive contato, que conheci um pouquinho a historia de vida, e tive a oportunidade de intervir e transformar a realidade de cada um, vocês foram essenciais no processo de aprimoramento da minha formação profissional. Obrigado a todos vocês, me senti muito acolhida neste espaço. Tenho a certeza que trabalhar com vocês afirmou o sentimento e o amor que tenho pelo tema: FAMÍLIAS.

Agradeço as minhas SUPERvisoras de campo Ju e Nay, por ter compartilhado comigo todo o conhecimento e por ter me escolhido pra fazer parte do cotidiano de trabalho de vocês. Obrigado pela forte amizade! Tenho muito admiração pelo trabalho de você! Quero ter vocês por perto sempre. Quero mandar um “salve” a toda equipe da FUCAS, em especial a equipe com quem tive o prazer de compartilhar experiências: Aline, Cacilda, Célio, Zé, Sirlei e Deyse. Minha gratidão a vocês que são intensamente humanos. Confesso que foi doloroso me despedir de todos vocês, de saber que não estarei mais nos cafés das 10h da manhã e às vezes das 15h da tarde, mais acredito que a vida é feita de ciclos e estou imensamente realizada por ter fechado mais um com pessoas tão especiais!

Agradeço a todos vocês!!! A melhor coisa da vida é termos a certeza do que queremos fazer e de quem queremos ser.

**Gratidão!**

*“Pra quem tem fé a vida nunca tem fim (...)  
A fé na vitória tem que ser inabalável”  
O Rappa*



## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetiva compreender o trabalho social com famílias no Programa Campões nas Quadras e na Vida da Fundação Catarinense de Assistência Social – FUCAS, a partir das reflexões produzidas pelas estudasas do tema. O tema resultou do estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social realizado nesse Programa no período de agosto de 2015 a junho de 2016. O trabalho buscou também conhecer os debates produzidos no Serviço Social sobre família e trabalho social; caracterizar a instituição e o programa (serviço), assim como as comunidades e as famílias atendidas; sistematizar o trabalho do Serviço Social com as famílias; conhecer a visão das famílias acerca do trabalho do assistente social no PCQV. Neste trabalho, embora a abordagem quantitativa tenha sido usada para caracterizar as famílias e crianças e adolescentes atendidos, priorizou-se a abordagem qualitativa. Foram realizadas reflexões acerca das famílias na sociedade brasileira, especialmente na contemporaneidade, as transformações ocorridas, as formas de arranjos e dinâmicas familiares, a proteção social e as responsabilidades da família e do Estado na provisão de bem-estar e as implicações para o trabalho social com famílias.

**Palavras chaves:** Trabalho social com famílias; Famílias; Proteção social.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CEVAHUMOS – Valorização Humana, Moral e Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EJA – Ensino de Jovens e Adultos

FUCAS – Fundação Catarinense de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome

MPC – Ministério Público de Santa Catarina

ONG – Organizações não governamentais

PCQV – Programa Campões nas Quadras e na Vida

SFCV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TSF – Trabalho Social com Famílias

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                               |    |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> – Localização da Comunidade Morro da Caixa no Continente..... | 54 |
| <b>Figura 2</b> – Creche Najib Jabor.....                                     | 54 |
| <b>Figura 3</b> – Centro Educacional Alfa Gente I.....                        | 54 |
| <b>Figura 4</b> – Unidade de Saúde.....                                       | 55 |
| <b>Figura 5</b> – Parque de Coqueiros - Saco da Lama .....                    | 56 |
| <b>Figura 6</b> – Campinho .....                                              | 56 |
| <b>Figura 7</b> – Mapa da Comunidade Jardim Ilha Continente .....             | 57 |
| <b>Figura 8</b> – Escola de Educação Básica Deyse Werner Salles.....          | 57 |
| <b>Figura 9</b> – Escola de Educação Básica José Boiteux.....                 | 57 |
| <b>Figura 10</b> – Mapa da Comunidade Villa Aparecida .....                   | 59 |
| <b>Figura 11</b> – Unidade de Saúde Villa Aparecida .....                     | 60 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Gráfico 1</b> – Sexo da pessoa responsável .....                               | 63 |
| <b>Gráfico 2</b> – Estado civil do principal responsável .....                    | 63 |
| <b>Gráfico 3</b> – Faixa etária do principal responsável.....                     | 64 |
| <b>Gráfico 4</b> – Grau de escolaridade do principal responsável .....            | 65 |
| <b>Gráfico 5</b> – Situação do principal responsável no mercado de trabalho.....  | 65 |
| <b>Gráfico 6</b> – Ocupação no mercado de trabalho do responsável principal ..... | 66 |
| <b>Gráfico 7</b> – Renda familiar per capita das famílias .....                   | 67 |
| <b>Gráfico 8</b> – Comunidades de Florianópolis onde moram as famílias .....      | 67 |
| <b>Gráfico 9</b> – Situação do imóvel da família .....                            | 68 |
| <b>Gráfico 10</b> – Serviço de coleta de lixo acessado pela família.....          | 68 |
| <b>Gráfico 11</b> – Serviço de energia elétrica acessada pelas famílias .....     | 69 |
| <b>Gráfico 12</b> – Serviço de água tratado acessado pelas famílias.....          | 69 |
| <b>Gráfico 13</b> – Sexo das crianças e adolescentes das famílias atendidas ..... | 71 |
| <b>Gráfico 14</b> – Faixa etária das crianças e adolescentes .....                | 71 |
| <b>Gráfico 15</b> – Período escolar das crianças e adolescentes.....              | 72 |
| <b>Gráfico 16</b> – Nível de escolaridade .....                                   | 73 |
| <b>Gráfico 17</b> – Motivos da inserção no PCQV.....                              | 74 |
| <b>Gráfico 18</b> – Instituições que realizaram o encaminhamento .....            | 75 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> – Situação educacional das crianças e adolescentes do PCQV ..... | 72 |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|

## SUMÁRIO

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....                                                           | 15 |
| <b>CAPÍTULO I</b> .....                                                           | 17 |
| <b>FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL</b> .....                      | 17 |
| 1.1 - Reflexões sobre interpretações de família na sociedade brasileira .....     | 17 |
| 1.2 - Mudanças sociais e demográficas nas famílias brasileiras .....              | 23 |
| 1.3 - Proteção social e família na política de seguridade social brasileira ..... | 30 |
| 1.4 - Trabalho social com famílias: perspectivas de outrora e de agora .....      | 38 |
| <b>CAPÍTULO II</b> .....                                                          | 44 |
| <b>TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA FUCAS</b> .....                                | 44 |
| 2.1 - Sobre a FUCAS e seus serviços, programas e projetos socioassistenciais ..   | 44 |
| 2.2 - Caracterização das comunidades atendidas .....                              | 53 |
| 2.3 - Caracterização das famílias atendidas no PCQV .....                         | 61 |
| 2.4 - O trabalho social com as famílias no PCQV .....                             | 76 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                                                 | 85 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                                          | 89 |
| <b>ANEXO</b> .....                                                                | 95 |

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aborda o tema família e trabalho social com famílias nos dias atuais, haja vista um conjunto de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais desde as últimas décadas do século XX na sociedade brasileira. Foi a partir da década de 2000, conforme Miotto (2010) que o trabalho social com famílias voltou a constituir preocupação nos debates da categoria profissional do Serviço Social, pois passou a ser reconhecido essencialmente pela questão da direcionalidade e da finalidade do trabalho empreendido com as famílias, as quais têm sido colocadas no âmago da proteção social, especialmente quando se trata da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

O interesse pelo tema famílias e trabalho social com família surgiu a partir da participação dos atendimentos com as famílias ao longo do estágio curricular obrigatório (I e II) do curso de Serviço Social da UFSC na Fundação Catarinense de Assistência Social – FUCAS, mais especificamente no Programa Campeões nas Quadras e na Vida – PCQV, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Concomitantemente a essa experiência, as disciplinas relacionadas às políticas sociais e à família ao chamarem a atenção para a centralidade das famílias na proteção social também me mobilizaram a pensar a respeito desse tema a partir de um contexto institucional e social específico. Em especial, as leituras e reflexões de Miotto (1994, 2010, 2014) e de Teixeira (2010) acerca do trabalho com famílias foram tomadas como fundamentos para pensar e analisar as ações profissionais.

Para uma melhor compreensão sobre a escolha do tema, importante também destacar que a FUCAS é uma rede complementar da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, e está inserida como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no qual atende crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 18 anos com acompanhamento familiar. Portanto, se trata de uma instituição não governamental que atua na política de assistência social e da criança e adolescente. O trabalho da FUCAS abrange comunidades da região continental de Florianópolis-SC, tais como a do Morro da Caixa, do Jardim Ilha Continente e da Vila Aparecida.

Assim, o objetivo central deste estudo foi compreender o trabalho social com família no Programa Campeões nas Quadras e na Vida, a partir das reflexões

produzidas pelas estudiosas do tema. Em termos específicos, objetivamos: conhecer os debates produzidos no Serviço Social sobre família e trabalho social com famílias; caracterizar a instituição e o programa (serviço), assim como as comunidades e as famílias atendidas; sistematizar o trabalho do Serviço Social com as famílias e conhecer a visão das famílias acerca do trabalho do assistente social no PCQV.

Para dar conta desses objetivos foi adotado como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa no que se refere às famílias e ao trabalho social com famílias, e a quantitativa para caracterizar alguns aspectos sociais e demográficos das comunidades e das famílias. Realizamos pesquisa bibliográfica para fundamentar a compreensão do tema em estudo e pesquisa documental para caracterizar a instituição, os serviços prestados, as comunidades abrangidas e as famílias atendidas pelo Programa, bem como o trabalho profissional desenvolvido.

A coleta de algumas informações foi através do sistema da FUCAS - Gestor Social, onde estão todas as informações sobre as crianças e os adolescentes, inclusive sobre suas famílias. Para revisão bibliográfica utilizamos como base alguns autores principais que discutem sobre a temática abordada dentre eles, Teixeira (2013, 2010), Fonseca (2005, 1995); Trad (2013); Szymanski (1995); Sarti (2005); Yasbek (2014) entre outros.

Também realizamos uma pesquisa exploratória através de entrevista semiestruturada com algumas famílias atendidas para conhecer a visão delas sobre os serviços e o trabalho do assistente social. Além disso, valemo-nos da observação realizada ao longo do período e processo de estágio em Serviço Social no PCQV.

O presente trabalho está organizado em dois capítulos, incluindo a parte introdutória e as considerações finais. No primeiro capítulo buscamos apresentar concepções e significados do tema família, mudanças sociais e demográficas ocorridas nas famílias brasileiras, e aspectos relacionados à família na política de seguridade social brasileira. No segundo capítulo, apresentamos a FUCAS e o trabalho que desenvolve através do “Programa Campeões nas Quadras e Vida”. Além disso, caracterizamos brevemente as comunidades e as famílias, assim como descrevemos e analisamos o trabalho social desenvolvido e a visão de integrantes de famílias atendidas pelo Programa. Por fim, tecemos algumas considerações, que esperamos que subsidiem para debate sobre trabalho social com as famílias.



## CAPÍTULO I

### FAMÍLIAS NA CONTEMPORANEIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

#### 1.1 - Reflexões sobre interpretações de família na sociedade brasileira

Ao abordar o tema família encontramos diversas concepções e significados sociais, os quais não são os mesmos conforme o contexto social em questão e a própria área de conhecimento e perspectiva de análise dos autores que se debruçaram em estudá-la. Porém, devido aos objetivos deste estudo, não pretendemos elaborar uma revisão da literatura, mas trazer à tona algumas reflexões sobre família no sentido de mostrar aspectos de sua construção socio-histórica-cultural e as variadas formas de concebê-la e de vivê-la.

Se observarmos a etimologia da palavra, percebe-se que implicam relações de sujeição. A origem da palavra família deriva da expressão “famulus” (do latim), que significava “servo” ou “escravo doméstico”. Na Roma Antiga era usada para designar o conjunto de empregados de um senhor e, somente mais tarde, passou a se referir ao grupo de pessoas que viviam no domicílio, ligada por laços de sangue e sob a autoridade do chefe patriarca (BRUSCHINI, 1979; RIBEIRO, 1999).

No que se refere à definição de família nos dicionários da língua portuguesa, em geral, definem a família como “um conjunto de pessoas, ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto, particularmente o pai, a mãe e os filhos; significa ainda um conjunto de ascendentes, descendentes, afins de uma linhagem ou provenientes de um mesmo tronco”. Todavia, mais recentemente, decorrente de pressões sociais e da diversidade de arranjos familiares, o Dicionário Houaiss alterou esse entendimento e definiu a família como um “núcleo social de pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária”.

Diversos autores ao abordar o tema família na sociedade brasileira apontam as décadas de 1960-1970 como referente para um conjunto de mudanças que afetaram as famílias e suas dinâmicas. Goldani (1994, p.10) ressalta que as mudanças econômicas, políticas e sociais desde então modificaram:

as condições de reprodução da população, os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição da mulher alterou-se profundamente, e até mesmo a legislação redefiniu a família – de uma concepção legal estreita sobre a família, em que só cabia um modelo de família legitimada pelo casamento com predominância do poder paterno em marital masculino, passa-se a algo mais próximo das práticas sociais vigentes.

Teixeira (2013, 2010) argumenta que a compreensão de família implica considerar o contexto histórico na qual se insere, pois a família constitui uma síntese de múltiplas determinações estruturais e conjunturais, econômicas, políticas e culturais. Neste sentido, afirma que se trata de uma instituição social e não de um grupo natural, rompendo com ideias homogeneizantes e naturalizadas. A família não é tampouco internamente homogênea, pois coexistem relações (mais ou menos) assimétricas e hierárquicas de gênero e de geração. Expressa um lugar permeado por interesses divergentes, contradições e conflitos, mas, ao mesmo tempo, um lugar de proteção, de cuidado de seus membros.

Sobretudo para pensar as relações de autoridade e a divisão sexual de papéis entre homens e mulheres convém observar que a família nunca foi, ao longo da história, exclusivamente um espaço igualitário, harmonioso e organizado sob um único formato, como se verá.

A família, para Miotto, constitui-se num espaço complexo independentemente de suas configurações e considerando sua diversidade, afirma que a família pode ser entendida:

Como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidos (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida. (MIOTTO, 1997, p.120).

Fonseca (2005) chama a atenção ao valor “família” nas camadas da população brasileira: se tem grande peso em todas, significa coisas diferentes conforme a categoria social a que pertence.

Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua. (FONSECA, 2005, p.51)

A autora, em busca de uma definição operacional da vida familiar que desse conta da multiplicidade de possibilidades, argumenta que prefere falar de dinâmicas e relações familiares do que de modelo ou unidade familiar.

Assim, definimos o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos. Essa identificação pode ter origem em fatos alheios à vontade da pessoa (laços biológicos, territoriais), em alianças conscientes e desejadas (casamento, compadrio, adoção) ou em atividades realizadas em comum (compartilhar o cuidado de uma criança ou de um ancião, por exemplo). (FONSECA, 2005, p.54).

Também Gueiros (2010) ressalta que as famílias de camadas populares são organizadas em rede, tendo em vista a participação de outros parentes e de pessoas da comunidade no convívio cotidiano, e elas têm como foco um sistema de obrigações, diferentemente das camadas médias urbanas que se organizam em núcleos centrados no parentesco.

Quando se trata de abordar a família, seus papéis e as relações de gênero no tempo histórico, Trad (2013) fundamenta-se em Roudinesco (2003) que distinguiu e categorizou três grandes períodos na “evolução da família” e que, consideradas as particularidades contextuais, também marcaram a família brasileira. E, conforme esclarece a autora, quando se parte de um modelo necessariamente excluimos outros tantos.

A primeira fase da família é conhecida como tradicional ou patriarcal. De acordo com Porreca e Filho (2005, p.250), a família brasileira se formou a partir desse modelo oriundo da colonização portuguesa e se referia às famílias das elites rurais. Caracterizada pela família extensa baseada em relações patriarcais em que todos conviviam na mesma casa e sob a autoridade do chefe da família, que era o responsável pela provisão da casa e proteção da família. O pátrio poder fundamentava a família, assim o marido detinha poder decisório e de mando sobre todos os integrantes: a esposa (dependente do marido e dedicada ao governo da casa), os filhos, capelães, ama de leite, agregados, serviçais e escravos.

Segundo Freyre (1963), o sistema patriarcal de colonização portuguesa é retratado pela casa-grande de engenho e pelas senzalas, que representava todo um sistema econômico, social, político, religioso e sexual. O patriarcado dava importância fundamental ao núcleo conjugal formado a partir do matrimônio e à autoridade masculina, ou seja, além de possuir o poder econômico e político, o

chefe da família exercia sua autoridade sobre a mulher, os filhos e demais agregados sob sua tutela. A família nesse período, sob a influência do Estado e da Igreja, foi considerada como patrimonial, pois as uniões entre pessoas não se davam pelos sentimentos entre as mesmas, mas sim pelas escolhas dos patriarcas com o interesse de aumentar o poder e o patrimônio de suas famílias.

Todavia, vários autores contestam a ideia de que a família extensa patriarcal rural foi predominante e extensiva para toda a sociedade brasileira. Kruczeveski e Mariano (2014) e Samara (2002) observam que a partir dessa interpretação de Freyre para a lavoura canavieira nordestina, o que se teve foi o modelo de família patriarcal consagrada como única forma de organização da família brasileira no período, homogênea e extensiva ao contexto nacional, excluindo a existência de pluralidade de arranjos e dinâmicas familiares.

Teixeira (2013) também pondera que ao mesmo tempo em que se configurou esse modelo patriarcal de família, é necessário considerar que não foi o único existente, pois encobre outros modelos de família que existiram como, por exemplo, das famílias dos escravos. Por sua vez, Samara (2002) afirma que, ao contrário do que pensava, predominavam famílias com estruturas mais simples e número menor de integrantes.

A segunda fase engloba o modelo “família moderna”, também chamada de família nuclear ou família conjugal burguesa. Surge em fins do século XIX e meados do século XX fomentado pelo processo de urbanização e industrialização, e se opunha sobre determinados aspectos ao modelo de família patriarcal extensa. A família considerada moderna caracteriza-se, de acordo com Fonseca (1995), pela composição pai, mãe e filhos, sendo o marido o chefe e provedor e a esposa a principal cuidadora da casa e dos filhos; pela livre escolha dos cônjuges e a incorporação do amor romântico; pela sua constituição através do casamento civil e religioso indissolúvel; pela ideia de aconchego e refúgio contra as pressões do mundo; e pela importância central dos filhos e da mãe enquanto a principal cuidadora.

A autora argumenta que esse modelo de família não é natural e, menos ainda, universal, porém, nas modernas sociedades ocidentais do século XX passou a ser considerado o modelo “mais sadio” e “mais avançado” (FONSECA, 1995, p.72-73). Essa idealização da família trouxe efeitos negativos à compreensão da

realidade social e da diversidade de arranjos e dinâmicas familiares na sociedade brasileira, donde se difundiu a noção de famílias desestruturadas.

Outra observação importante refere-se ao fato de que, apesar da família moderna ser oposta da família tradicional, ainda preserva alguns traços típicos como afirma Bruschini (1993 *apud* TEIXEIRA, 2013), dentre os quais a predominância de uma dupla moral sexual, que reprime a sexualidade feminina e reforça a masculina, além de impor papéis fixos entre homens e mulheres. Outro fator a ponderar sobre a família nesse contexto social é o amor romântico, a reciprocidade de sentimentos e desejos carnavais por intermédio do casamento.

De acordo com Fonseca e Cardarello (1999) existem dinâmicas familiares distintas conforme a classe social. Consideram esse modelo de família como relacional, em que as relações são regidas por uma lógica hierárquica que pressupõem níveis de funções, conforme a questão de gênero e geração do indivíduo. Nesse modelo de família, o casal tende a viver em uma moradia própria, afastado de outros parentes.

Szymanski (1995) critica, assim como Fonseca (1995), as análises que, partindo de uma estrutura de família como modelo ideal, compreendem de forma preconceituosa as famílias que não correspondem a esse arranjo e consideram os problemas vividos por estas famílias como decorrentes desse fator. Ou seja, os problemas enfrentados cotidianamente pelas famílias são interpretados como resultado dos comportamentos dos indivíduos e de como vivem em família, e não dos múltiplos condicionantes econômicos, políticos e sociais.

Assim há que se considerar, independentemente do formato ou modelo familiar, que ao mesmo tempo em que a família, como instituição social, apresenta aspectos positivos (cuidados, apoio e cooperação etc.) pode também apresentar aspectos negativos, como a reprodução dessas relações assimétricas entre gênero e gerações. Segundo Teixeira (2013, p.35-36), quando a divisão de papéis se configura desigual pode expressar relações de submissão e dominação dentro do grupo familiar. No espaço familiar possibilitam-se vivências em grupos, construção da identidade, de valores, mas, também de relações de violência, negligência, abandono, de conflito de gerações e de relações desrespeitosas.

A terceira fase ocorre a partir dos anos de 1960, quando se impõe a “família contemporânea” ou “pós-moderna”, da qual alguns valores ditos “tradicionais” são

deixados de lado e uma nova forma de relação é construída a partir dessas mudanças. A família conforma-se baseada na união, com duração relativa, entre indivíduos que buscam relações íntimas ou realização sexual (TRAD, 2010); a autoridade torna-se mais problemática e se caracteriza também pelo fim da indissolubilidade do casamento com a instauração legal do divórcio, separações e recomposições conjugais.

As mudanças socioculturais no que se referem às famílias contribuíram para o casamento tardio, o aumento de divórcios, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a qual questionou então lógica da ética do homem “chefe” provedor da família. Observa-se o declínio do modelo tradicional de família decorrente das modificações nos papéis sociais e nas relações de gênero. Na família contemporânea, homens e mulheres compartilham funções que antes eram mais precisamente definidos por gênero. Segundo Fonseca (1995) mantem-se a valorização de sentimentos e afinidades que unem duas pessoas e a liberdade de escolha nos relacionamentos em família.

Como vimos, não é possível considerar a família como um modelo único a ser seguido indistintamente por todos os grupos e classes sociais. Em relação aos "novos" arranjos familiares, Fonseca (1995, p.78) afirma que se dão “pelas vivências afetivo-sexuais, ou seja, laços afetivos e de solidariedade formados nas relações familiares que condiz ao casal amoroso hetero ou homossexual, intra ou extraconjugal”. Segundo Fonseca e Cardarello (1999) os novos arranjos familiares ocorrem quando o casamento perde sua centralidade e a família passa a ser definida pela noção de parentesco. A noção de parentesco significa um conjunto de pessoas ligadas pela filiação (biológica ou adotiva) ou pelo casamento (legal ou informal) ou por outras formas de convivência, consideradas as amizades afetivas e duradouras seja com ou sem filhos.

Na conjuntura atual a família se constitui em diversos arranjos e dinâmicas familiares, portanto, é necessário ter uma visão ampliada e atual de família, visto que as pessoas que convivem tem uma ligação afetiva, podendo ser o pai, mãe e os seus filhos; casais do mesmo sexo com ou sem crianças, ou apenas uma pessoa com seus filhos biológicos ou adotados, entre tantos outros. Ribeiro (1999, p. 40) ressalta que:

Romper com os “modelos ideais” não significa negá-los, significa apenas não se deixar aprisionar pelos mesmos. Romper com a nossa experiência pessoal significa apenas entender que outras possibilidades de organização familiar também são possíveis. Temos sim, é que apreender as configurações familiares, tendo em vista que a família é relação, é movimento, é dinamicidade, é complexidade e ainda sim, continua indispensável como espaço de equilíbrio e formação do ser humano.

Para Szymanski (1995, p.25) “cada família circula num modo particular [...] criando uma ‘cultura’ familiar própria, com seus códigos, com uma síntese própria de interpretar e se comunicar”. Neste sentido, Sarti (2004) enfatiza que as ideias sobre família não podem ser instituídas e limitadas no discurso sobre si próprio, pois cada família possui sua própria história, sua cultura, seu próprio mito, ou seja, é necessário:

Pensar a família como uma realidade que se constitui pelo discurso sobre si própria, internalizado pelos sujeitos, é uma forma de buscar uma definição que não se antecipe à realidade da família, mas que nos permita pensar como a família constrói, ela mesma, sua noção de si, supondo evidentemente que isso se faz em cultura, dentro, portanto, dos parâmetros coletivos do tempo e do espaço em que vivemos, que ordenam as relações de parentesco (entre irmãos, entre pais e filhos e entre marido e mulher) (SARTI, 2004, p.14).

Portanto, independentemente do arranjo e dinâmica familiar, fundamental compreende-la como é vivida concretamente pelas diferentes categorias e camadas sociais, considerando-se suas dessemelhanças internas e externas, de gerações e de gênero. Importa também considerar que a família brasileira tem uma historicidade e que esta foi moldada por processos de descontinuidade, heterogeneidade e diferenciação. Desta forma, não pretendemos a defesa de um modelo de família, mas, ao contrário, desmistificar a ideia construída socialmente de uma estrutura e organização de família “mais adequada” e ou “mais saudável” para ser vivida em sociedade.

No próximo item abordaremos algumas dentre as principais mudanças sociais e demográficas ocorridas nas famílias brasileiras, em particular, a partir da década de 1970.

## **1. 2 - Mudanças sociais e demográficas nas famílias brasileiras**

Nos estudos, ou parte dele pelo menos, do campo das ciências humanas e sociais que trata dessa questão, identifica-se que é consenso o entendimento de que, principalmente a partir da década de 1970, houve mudanças significativas na configuração sociodemográfica das famílias na sociedade brasileira. Em termos gerais, essa dinâmica está associada a alguns fatores, como por exemplo, a legalização do divórcio, que no Brasil foi admitido na forma de lei em 1977; ao surgimento da pílula anticoncepcional nos anos de 1960, que possibilitou a alternativa de uma vida sexual desvinculada da paternidade e maternidade; ao ingresso crescente e contínuo das mulheres no mercado de trabalho e de elevação em seus níveis de escolaridade.

Segundo relatório do IBGE (2009), a partir de meados da década de 1940 houve declínio da mortalidade infantil e, ao mesmo tempo, elevação dos níveis de fecundidade. A população brasileira passou de 41 milhões em 1940 para 93 milhões de pessoas em 1970, ou seja, duplicou no intervalo de trinta anos. Além disto, se anteriormente a população era predominantemente rural tornou-se majoritariamente urbana, devido também às políticas econômicas adotadas em prol da expansão da industrialização que intensificou a migração de famílias do campo para a cidade.

A partir da década de 1960, não apenas no Brasil, mas em escala mundial, ocorreu uma queda na taxa de fecundidade, relacionada, em geral, à difusão da pílula anticoncepcional, que separou relação sexual e procriação. Neste sentido, conforme a afirmação de Sarti (2005), compartilhada por outros tantos autores, esse fator significou para as mulheres, embora não homogeneamente conforme os pertencimentos de classe, a possibilidade de decisão sobre sua sexualidade em relação à escolha de ter ou não filhos e em que momento da vida tê-los. Esse fenômeno associado ao do ingresso feminino no mercado de trabalho remunerado afetou substantivamente a família.

No que se refere à redução na taxa de fecundidade para o Brasil constatamos nos dados censitários do IBGE que, se nos anos de 1960 a média de filhos por mulher era superior a 6,0, caiu para 5,8 filhos em 1970 e 2,7 filhos por mulher na década de 1990, passou para 1,9 filhos por mulher em 2010. Conforme os indicadores verifica-se nas três últimas décadas que se acentua a redução da taxa de fecundidade e declínio da taxa de mortalidade. Sarti (2005) pondera que, a partir da década de 1980, as novas tecnologias de reprodução, inseminações artificiais ou



mesmo “in vitro”, contribuíram para dissociar a gravidez da relação sexual entre homem e mulher e também fortalecer a dimensão da escolha no universo naturalizado da família. Porém, ao mesmo tempo em que essas formas de reprodução possibilitaram a liberdade de escolha, preservam e reforçam a maternidade e seu valor social.

Na análise de Villa (2012, p.5), as políticas públicas de saúde, previdência, crédito e telecomunicações desenvolvidas ao longo desse período também tiveram um papel importante para a queda da fecundidade no Brasil e a diminuição do tamanho das famílias. Por sua vez, de acordo com Nascimento (2009), fatores como o envelhecimento populacional, o surgimento de novos arranjos domésticos, a diminuição do número de casamentos e o crescimento acentuado de separações e divórcios também contribuíram para mudanças nas dinâmicas das famílias.

A conjugação do aumento da esperança de vida ao nascer, da queda da taxa de fecundidade e da redução da mortalidade nas idades avançadas resultou outra característica na população e na família brasileira: o envelhecimento populacional e o alargamento do tempo de convivência entre as gerações.

O envelhecimento populacional significa um crescimento mais elevado da população idosa com relação aos diversos grupos etários. No Brasil, o envelhecimento pode ser exemplificado por um aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população nacional de 4% em 1940 para 8% em 1996. Além disso, a proporção da população “mais idosa”, ou seja, com 80 anos de idade ou mais também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, isto é, a população considerada idosa também está envelhecendo mais, por isso, há uma heterogeneidade do segmento populacional chamado idoso e mudanças nas demandas familiares (CAMARANO, 2002). Neste sentido, Alves e Cavenaghi (2012, p. 31) destacam que a expectativa de vida média da população brasileira mais do que dobrou no século XX, passando de cerca de 30 anos em 1900 para 69 anos em 2000, e de 73 anos em 2010 pode alcançar entre 75 e 76 anos em 2020. Conforme a afirmação desses autores

O Brasil está saindo de uma estrutura etária jovem para uma estrutura adulta e caminha para uma estrutura etária envelhecida. A razão de dependência era alta entre os jovens e baixa entre os idosos, porém vai se inverter nas próximas décadas. (ALVES e CAVENAGHI, 2012, p.1).

Segundo os indicadores sociodemográficos, observamos que a redução na proporção de casais com filhos tem sido compensada pelo aumento das famílias constituídas por casais sem filhos e das monoparentais, principalmente as chefiadas por mulheres, e de homens morando sozinhos (IPEA, 2012, p.17). Em relação à elevação do número de pessoas vivendo sozinhas, verificamos que mulheres morando sozinhas passaram de 2,8% em 1980 para 6,2% em 2010, e os homens morando sozinhos passaram de 3% em 1980 para 6,5% em 2010.

Essas mudanças remetem a pensar os novos arranjos de famílias constituídos ao longo do tempo, bem como as relações tradicionais de gênero: mulher cuidadora e homem provedor. As mulheres brasileiras iniciaram um longo e rápido processo de reestruturação social: inseriram-se no mercado de trabalho, conquistaram a possibilidade de optar pela procriação, aumentaram os seus níveis de escolaridade e de formação profissional, ampliaram sua participação na sociedade. Conforme Mito e Abrão (2014) quanto maior o nível de instrução da mulher mais tardio se torna o padrão etário da fecundidade.

De acordo com o Censo do IBGE (2010) houve um aumento no nível de instrução das mulheres em relação aos homens. Na população masculina de 25 anos ou mais de idade, o percentual de homens sem instrução ou com fundamental incompleto foi de 50,8%, já as mulheres foram de 47,8%. Os indicadores revelam também, que o nível de instrução dos homens em relação ensino superior de graduação completo chega a 9,9%, enquanto na população feminina foram de 12,5%. O contingente feminino com, pelo menos, o curso superior de graduação completo foi inferior ao do masculino somente nas faixas a partir dos 60 anos de idade.

As mudanças no “papel social” da mulher e nas dinâmicas familiares contribuíram para a composição de novos arranjos de família. Entretanto, persistem desigualdades nas responsabilidades domésticas e familiares, posto que apesar de a mulher trabalhar remuneradamente, constituindo-se em provedora de sua família ou de sua contribuição na composição da renda familiar, continua sendo a principal responsável pelo cuidado doméstico e dos filhos, dos doentes, dos idosos – permanece a divisão social e sexual do trabalho com traços do patriarcado.

A partir dos anos 1990 tem-se um aumento de famílias monoparentais chefiadas por mulheres com filhos na sociedade brasileira. O aumento de domicílios

chefiados por mulheres está ligado ao próprio aumento da participação da mulher no mercado de trabalho e da ruptura conjugal com o divórcio instituído legalmente na década de 1970 (FONSECA e CARDARELLO, 1999). A participação da mulher no mercado de trabalho aumentou gradativamente: em 1970 havia apenas 18% das mulheres trabalhando, já em 2007 apresenta-se mais da metade delas em atividade remunerada, 52,4%. Abrão e Mioto (2014, p. 48) destacam três fatores significativos para a crescente participação da mulher na esfera do mercado de trabalho:

I. Reestruturação produtiva, que gerou impacto negativo no trabalho industrial que até então se considerava de cunho masculino; II. A expansão da economia dos serviços preponderantemente feminino; III. Flexibilização das relações trabalhistas, corroborando para precarização e aumento de ocupações informais.

De acordo com Montali (2006, p. 228) a inserção das mulheres nas atividades remuneradas é afetada pelas representações sociais de atribuições femininas, definidas pela divisão sexual do trabalho e que ainda permanece na sociedade: o homem é destinado ao trabalho remunerado na esfera pública e a mulher às atividades voltadas para a família na esfera privada. Teixeira (2013, p.39) chama a atenção para as dinâmicas familiares envolvendo mulheres provedoras, em particular, das camadas empobrecidas:

Em caso de mulheres "chefe de família", a sobrevivência do seu grupo familiar depende da mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites de casa, em que se prevê a circulação de crianças entre as casas, ocupação do papel masculino por outras figuras, como pai, irmãos, assim como papel mãe dona de casa, pela avó, tia, irmãs.

No contexto em questão, observamos a diminuição da importância do casamento legal e o aumento do número de divórcios, dando origem às famílias recompostas, caracterizadas pela convivência do casal com filhos oriundos de outros casamentos. Desta forma, com o aumento das separações e divórcios legais, as uniões consensuais (sem cerimônia civil ou religiosa) também aumentaram de 6,5% em 1960 para 36,4% em 2010; casamentos apenas no civil aumentaram de 12,8% em 1960 para 17,3% em 2010. Vale ponderar que de 2000 até 2010, o número de pessoas envolvidas em algum tipo de separação passou de 11,9% para 14,6% (IBGE, 2010).

Contudo, apesar da mudança na construção da identidade feminina, ainda há um descompasso entre o ideal por igualdade e as tradições. Para Oliveira, Ribeiro e

Longo (2012) as pesquisas mostram as profundas desigualdades entre homens e mulheres e que persiste o peso da proteção e provimento de bem-estar sobre as famílias. Por mais que as mulheres compartilhem com os homens o papel de prover a renda, ainda há uma sobrecarga para a mulher com relação às atividades domiciliares. Em estudos Bruschini e Ricoldi (2009) apontam que a divisão sexual do trabalho doméstico se torna mais complexa conforme o tipo de família e a posição no grupo familiar. Constatam que as mulheres cônjuges são as que mais se dedicam às tarefas domésticas: 97% delas responderam que são responsáveis pelos afazeres domésticos e, em geral, contam com a ajuda do marido e dos filhos, embora a divisão seja, na maioria das vezes, desigual.

De acordo com Sarti (2005), as mudanças no âmbito das relações familiares ganham novo impulso na década de 1990 com a identificação da paternidade, através do exame de DNA. Este fator traz consigo impactos na atitude tradicional da responsabilidade masculina em relação aos filhos, tensionando o lugar do homem como pai e deste na família. Em linhas gerais, o conjunto desses processos que afetaram as famílias mostra que a primazia masculina perde lugar e passa a ser substituída, cada vez mais, pela autonomia feminina e pela dependência das gerações, refletindo os novos arranjos familiares gerados pela coabitação, separação e monoparentalidade. Na visão de Trad (2010) a figura masculina está visivelmente afetada em relação às transformações que ocorreram na família, mas a paternidade adquire outra visibilidade, a do “novo pai”, que passa a participar no cuidado dos filhos e expressar seus sentimentos. Porém, a autora adverte que a função exercida pelo “novo pai” pode variar entre os diferentes grupos sociais e conforme o ciclo de vida, condições materiais, cultura local, estrutura familiar entre outros.

Os fenômenos sociodemográficos afetaram diretamente a estrutura de família caracterizada pelo arranjo composto por pai, mãe e filhos. As transformações sociais havidas refletiram na formação de novos arranjos familiares e nas mudanças dos “papeis” dos membros familiares, como também no modelo cultural; na circulação simbólica, nas relações sociais da sociedade, na propagação de novos ingredientes tecnológicos e em novas bandeiras políticas (SILVA e CHAVEIRO, 2009). Ou seja, esse conjunto de mudanças tem repercutido diretamente nas famílias, seja nas

formas de conjugalidade e sexualidade, seja em relação aos papéis sociais determinados pelo sexo, seja nos padrões de autoridade, entre outras.

No intento de delinear os diversos e diferentes arranjos familiares vividos na sociedade brasileira atual, Szymanski (*apud* TEIXEIRA, 2002, p. 24.) elenca os seguintes:

A família nuclear: são as famílias formadas por pai, mãe e filhos biológicos, ou seja, é a família formada por apenas duas gerações. A família nuclear tem no pai o seu provedor e na mãe a fonte dos cuidados do lar. Modelo que se adapta ao capitalista porque é facilmente identificada, ou seja, é vista como a família “normal”, a família do modelo dominante, que possui suas crenças, religiões e ideologias. Também, possui um papel de reprodução social, vital para reprodução do próprio Estado.

As Famílias Extensas: referem-se a uma rede de parentesco (pai, mãe, filhos, avós, netos), ou seja, formada por três ou quatro gerações.

As Famílias Adotivas Temporárias: Adquirem uma característica nova de acolher um novo membro, mais temporariamente.

As Famílias Adotivas: São as famílias formadas por pessoas que por diversos motivos acolhem novos membros, geralmente crianças.

As Famílias de Casais: Formados pelo casal sem filhos.

As famílias Monoparentais: Chefiadas só pelo pai ou mãe.

Famílias de Casais Homossexuais com ou sem crianças: São famílias formadas por pessoas do mesmo sexo, vivendo maritalmente, possuindo ou não crianças.

Famílias reconstruídas após divórcio: São famílias formadas por pessoas (apenas um ou casal) que foram casadas, que podem ou não ter crianças do outro casamento.

Famílias de várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mais com forte compromisso mútuo: São famílias formadas por pessoas que moram juntas e que, mesmo sem ter consanguinidade, são ligados fortemente por laços afetivos.

Em face dessa multiplicidade de arranjos e dinâmicas, Nascimento (2006) pondera que ao olharmos as famílias, nos tempos atuais, nos deparamos com algumas situações que poderiam ou podem gerar espanto face à sua concepção de família: aquele que parece ser o pai é o padrasto; a moça com uma criança no colo não é a mãe, mas uma meia-irmã; os três jovens que dividem o mesmo teto são um casal e uma amiga; e aquela que parecia ser a mãe pode ser na verdade a namorada dela etc. Também nos deparamos com domicílios que ganharam novos formatos: por gente morando sozinha, avós ou tios criando netos, casais sem filhos, “produções independentes” e outras tantas alternativas, como, por exemplo, os grupos de amigos que decidem morar junto para dividir um apartamento grande. Em síntese, segundo Alves e Cavenaghi (2012), no atual contexto não há como negar a convivência de diversos arranjos familiares e, ao mesmo tempo, que o Brasil está cada vez mais urbano, feminino, mestiço e envelhecido.

No próximo item abordaremos alguns aspectos relacionados à proteção social e às responsabilidades da família e do Estado na provisão de bem-estar.

### **1.3 - Proteção social e família na política de seguridade social brasileira**

No âmbito do Serviço Social, vários autores (MIOTO; PEREIRA, YASBEK, TEIXEIRA) concordam com o entendimento defendido por Giovanni (1998) de que historicamente todas as sociedades de alguma forma, mais ou menos institucionalizada, desenvolveram mecanismos de proteção social. Nesse sentido, implica tanto reconhecer que essas modalidades de proteção apresentam particularidades conforme o contexto social e o período histórico, quanto considerar a divisão dessa responsabilidade entre os diversos agentes envolvidos (família, Estado, mercado, sociedade civil).

Na sociedade brasileira a Constituição Federal de 1988 constituiu um marco importante no âmbito dos direitos sociais e das políticas de proteção social. De acordo com o exposto por Yasbek (2014, p. 8),

a referência conceitual desse sistema foi a noção de Seguridade Social entendida como um conjunto de programas de proteção contra a doença, o desemprego, a morte do provedor da família, a velhice, a dependência por algum tipo de deficiência, os acidentes ou contingências sociais (...). Trata-se de manter um padrão mínimo de vida para todos os cidadãos, como questão de direito social, através de um conjunto de serviços provisionados pelo Estado, em dinheiro ou em espécie.

Porém, os desdobramentos econômicos e políticos que se seguiram ao longo das décadas seguintes levaram, contrariamente a essa concepção de proteção social que obteve “status” de direito de cidadania e sob a responsabilidade do Estado, ao desmonte dessa noção da seguridade social como política de proteção social. O que se configurou nesse processo foi, segundo Mito (2008), a supervalorização da família no âmbito das políticas sociais em relação ao cuidado e proteção de seus integrantes. Em face da naturalização do “papel” de cuidadora da casa e da família, as mulheres foram as mais afetadas e sobrecarregadas, pois, a despeito das mudanças sociais apontadas anteriormente, delas ainda se esperam a renúncia do trabalho realizado na esfera pública e o foco de suas preocupações voltado continuamente para o lar e aos integrantes da família na esfera da vida privada.

Conforme as argumentações de Medeiros (2013), ao mesmo tempo em que se estabeleceram novos direitos sociais, sujeitos de direitos e proteções sociais, antes inexistentes no Brasil, face à crise econômica nas sociedades ocidentais de capitalismo desenvolvido em âmbito internacional configurou-se, neste processo, a centralidade da família como agente fundamental na provisão de bem-estar. Ou seja, difundiu-se mundialmente o desmonte do Estado de Bem-Estar Social baseado política e ideologicamente nos princípios neoliberais, os quais implicam a crítica ao papel de intervenção do Estado na economia e na sociedade.

Mas apesar das mudanças havidas, há autores (MIOTO, 2008; YAZBEK, 2014; PEREIRA, 2010) que afirmam a impertinência de considerar que o Estado de Bem Estar Social, na maior parte dos países capitalistas ocidentais, tenha sido desmontado, haja vista que se observa a formação de uma espécie de novo consenso sobre as políticas públicas – denominado pluralismo de bem-estar social ou economia mista de bem-estar social.

Essa mudança de rumos na política de seguridade social está relacionada, entre outros fatores, a crise do capital e a disseminação da ideologia neoliberal, que nos países capitalistas desenvolvidos data da década de 1970 e na sociedade brasileira espraia-se a partir dos anos de 1990 (PEREIRA, 2010). Para além de mera divisão de tarefas entre Estado, Mercado e Sociedade, o ideário neoliberal de proteção social se fundamenta na transferência para a família e para a sociedade a responsabilidade principal na provisão de cuidados e bem-estar. Ou seja, o Estado desresponsabiliza-se cada vez mais de suas competências e, desta forma, responsabiliza cada vez mais as famílias.

Na análise de Pereira (2010), ainda que a constatação não seja exclusiva desta autora, a proposta neoliberal se fundamenta na reformulação da proteção social com a justificativa de melhorar a eficácia e eficiência das políticas sociais e a defesa da participação mais ativa do mercado e da sociedade. Em face dessa lógica, a autora cita quatro instâncias de provisão de proteção e bem-estar social: o Estado (setor oficial), o mercado (setor comercial), as organizações sociais sem fins lucrativos (setor voluntário) e a rede familiar (setor informal), conformando o que denomina de “pluralismo de bem-estar social”.

De acordo com Mito (2008), Pereira (2010) e Teixeira (2013), entre outros, o pluralismo de bem-estar configura a expressão máxima do processo de privatização

e de dualização das práticas de bem-estar. Nesta dinâmica, o mercado cuida dos trabalhadores (empregados) e o Estado, em parceria com as instituições filantrópicas e as famílias, cuida daqueles (ou parte destes em face do caráter seletivo de determinadas políticas sociais) que não estão no mercado formal de trabalho e, por conseguinte, não conseguem acessar o conjunto de direitos previdenciários da seguridade social. Dessa forma, reitera-se a constituição de um sistema que reproduz as desigualdades sociais ao invés de diminuí-las ou suprimi-las.

Diante dessas contradições, Pereira (2010) chama a atenção para alguns aspectos os quais requerem sejam considerados na análise da família como instância e agente privilegiado da proteção social nas políticas sociais vigentes no país: o caráter contraditório da família, a qual, como toda instituição social, apresenta concomitantemente aspectos negativos e positivos; a dificuldade de definir no “setor informal”, do qual a família faz parte, o montante da provisão de bem-estar e proteção social que compete a cada uma das instituições que o compõe; a incorreção na compreensão de que a provisão de proteção social realizada informalmente está isento de regulações por parte do Estado; a dificuldade de estabelecer a família como fonte de proteção social face às mudanças na sua organização e dinâmica social na contemporaneidade, apontadas anteriormente.

Conforme o exposto, no Brasil, a partir dos anos de 1990 configura-se, na contramão do previsto pela carta magna da Constituição Federal de 1988, um novo marco na proteção social e divisor de águas nas políticas sociais brasileira. Ou seja, o Estado brasileiro aderiu ao projeto de desenvolvimento econômico sob a lógica neoliberal, implicando na retração de sua participação na execução de políticas sociais, assim como na redução de direitos aos trabalhadores e na transferência, continuada, de responsabilidades aos indivíduos e suas famílias (PEREIRA, 2010).

Goldani (2002, p. 34), em relação a esse contexto e dinâmica das políticas sociais, reitera que:

torna-se fundamental identificar o real papel de proteção social que as famílias sempre representaram, bem como suas dificuldades no cumprimento destas tarefas. No processo de redesenhar os sistemas de bem-estar social, as famílias têm sido apresentadas como importantes “novos atores” (...) independente dos modelos de *Welfare State* e em particular naqueles com estruturas insuficientes e distorcidas, as famílias sempre representaram uma instância decisiva de garantia de qualidade de vida para os seus membros. O fato é que, nas tipologias tradicionais do *Welfare State*, e ainda hoje, as famílias não recebem o verdadeiro crédito



pelo que representam para seus membros como espaço de “conflito cooperativo” ou, para usar o termo da moda, “espaço de solidariedade”. E isto talvez se deva à perversa associação entre família e mulher, por longo tempo assumido.

Nesse mesmo sentido, de acordo com Cronemberger e Teixeira (2011, p. 2),

a família passa a ser valorizada como importante espaço de proteção dos indivíduos, (re)emergindo como locus privilegiado e adequado ao desenvolvimento humano e social, recaindo sobre ela um conjunto de atribuições num contexto de grave crise econômica, e fiscal do Estado e precarização dos serviços públicos, numa clara redução das responsabilidades do Estado.

Pensar a família no campo da proteção social pública provoca a reflexão acerca dos significados envolvidos no reconhecimento legal de que a família é de suma importância e do lugar que lhe é conferido pelo Estado na configuração do sistema de proteção social na sociedade. Conforme Miotto (2010), a forma como a família foi incorporada aos sistemas públicos de proteção social podem ser subdivididas em duas perspectivas: uma se refere à proposta familista e a outra, à proposta protetiva.

A ideia central da perspectiva familista pressupõe a existência de dois canais naturais para a satisfação das necessidades dos indivíduos: a família e o mercado. Apenas quando estes falham é que a interferência do Estado, através de políticas sociais focalizadas e de maneira transitória, deve ocorrer. Ou seja, trata-se de uma menor e última instância de provisão de bem-estar pelo Estado (MIOTTO, 2010). Ainda, segundo esta autora, as políticas sociais de caráter familista reforçam os papéis tradicionais entre homens e mulheres, bem como condiciona perversamente a posição das mulheres em relação ao mercado de trabalho e aos cuidados domésticos. Desse modo, o grau de familismo pode ser medido também pelas horas gastas com os serviços familiares, cuidados com crianças menores de idade e idosos nos lares pelas mulheres (TEIXEIRA, 2013).

A crítica mais contundente à afirmação da família como referência das políticas públicas, na atualidade, está associada à regressão da participação do Estado na provisão de bem-estar. Ou seja, o Estado desvia-se da garantia dos direitos sociais, através da promoção de políticas sociais de caráter universal, e adentra na rota da focalização dessas políticas para segmentos sociais mais pobres. De acordo com Miotto (2010, p.170), nesse formato “a família é chamada a

reincorporar os riscos sociais e com isso assiste-se a um retrocesso em termos de cidadania social”.

Ao contrário, a perspectiva protetiva fundamenta-se na compreensão de que a proteção familiar se efetiva por meio da garantia de direitos sociais universais, pois somente através destes se torna possível consolidar a cidadania, assim como promover a equidade e a justiça social (MIOTO, 2010). As políticas sob essa lógica pressupõem a diminuição dos encargos familiares e a independência da família especialmente em relação ao parentesco. Essa concepção tem consequência importante para o trabalho profissional, pois desloca o foco da intervenção da busca das causas dos problemas sociais nos indivíduos para o fortalecimento das possibilidades de proteção às famílias. E, neste sentido, as ações profissionais no âmbito das políticas sociais expressam concepções de família e de suas relações no campo social (MIOTO, 2010).

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a assistência social passou a ser definida como direito social de todo cidadão que dela necessitar, independentemente de contribuição social. Concretizada pelo Estado e organizações não governamentais, anteriormente era caracterizada como ação paternalista e clientelista dos poderes públicos e privados, associada às práticas das primeiras-damas imbuídas do caráter de “benesse e caridade”, expunha o usuário na condição de “assistido” e “favorecido” e nunca de cidadão, cujo serviço tem direito. A partir de fins da década de 1980, com o reconhecimento dos direitos sociais decorrentes das lutas populares, a assistência social foi afirmada como direito e política social em nível nacional. Assim, inicia sua trajetória no campo dos direitos de cidadania, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (BRASIL, 2004).

A assistência social, incluída no tripé da seguridade social com a saúde e a previdência social, conforme o disposto no art. 203 da Constituição Federal objetiva:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988).

Regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 07 de dezembro de 1993, em consonância aos preceitos constitucionais define:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas (BRASIL, 1993).

A nova concepção de assistência social, como direito a proteção social e a seguridade social, tem um duplo efeito: o de suprir um padrão predefinido e o de desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido, de acordo com Alencar (2010) ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tutelada ou assistencialista, bem como não é só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso e da distribuição de bens e recursos, empoderando as famílias e indivíduos na busca por seus direitos. A proteção à família tornou-se objetivo e foco de atenção e intervenção da política de assistência social.

A assistência social foi organizada em um sistema de proteção, sustentado pela Política Nacional de Assistência (PNAS), de 2004, e operacionalizado através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS como política pública considera as desigualdades socio-territoriais e visa à garantia dos mínimos sociais a todos que dela necessitam. Além disso, constitui meio estratégico no campo da informação, monitoramento e avaliação de programas, serviços, benefícios e projetos de assistência social, sob o critério de universalidade e da lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (PNAS, 2004).

O SUAS tem sua organização definida em proteção social básica<sup>1</sup> e especial<sup>2</sup> (de média e alta complexidade) e como equipamentos de serviços os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) – espaços onde são desenvolvidas as ações no âmbito da assistência social pública estatal. Entretanto, não só estas unidades, mas as

<sup>1</sup> A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (PNAS, 2004, p.33)

<sup>2</sup> A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, 2004, p.37).

Organizações não Governamentais (ONGs) também participam da prestação de serviços de proteção aos usuários que dela necessitarem.

A proteção social deve garantir aos usuários as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar, dessa forma:

a segurança de rendimentos é a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego (...) a segurança da acolhida, opera com a provisão de necessidades humanas que começa com os direitos à alimentação, ao vestuário e ao abrigo, próprios à vida humana em sociedade (...) a segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade (BRASIL, 2004, p.31-32).

A PNAS prevê ainda como fundamento a matricialidade sociofamiliar, compreendida como eixo estruturante na gestão do SUAS. Conforme Teixeira (2009, p.257) é na matricialidade sociofamiliar:

que se dá primazia à atenção às famílias e seus membros, a partir do território de vivência, com prioridade àquelas mais vulnerabilizadas, uma estratégia efetiva contra a setorialização, segmentação e fragmentação dos atendimentos, levando em consideração a família em sua totalidade, como unidade de intervenção; além do caráter preventivo da proteção social, de modo a fortalecer os laços e vínculos sociais de pertencimento entre seus membros, de modo a romper com o caráter de atenção emergencial e pós-esgotamento das capacidades protetivas da família

De acordo com esta autora, a princípio “a matricialidade sociofamiliar surge como antídoto à fragmentação dos atendimentos, como sujeito à proteção de uma rede de serviços de suporte à família” (TEIXEIRA, 2010, p. 05). Essa diretriz pressupõe a família com lugar central na direcionalidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social, porém, a forma como tem sido desenvolvida nesses serviços, em contrapartida, reforça mais a responsabilização e sobrecarga das famílias em relação aos tradicionais papéis masculinos e femininos, do que a garantia de direitos.

Ao mesmo tempo, nota-se que a matricialidade sociofamiliar na Política Nacional de Assistência Social enfoca a família em seu contexto sociocultural e em sua integralidade. Nessa perspectiva, para realizar o trabalho social com as famílias

pressupõe pensar a família partir da sua realidade social, conhecendo suas próprias dinâmicas e o território onde vivem. (SILVA, 2014).

Conforme as análises de Teixeira (2009, 2014) e Miotto (2010), a PNAS e o SUAS, mesmo ao adotarem o princípio da matricialidade sociofamiliar, não conseguem superar a tendência familista da política social brasileira, em especial da assistência social, pois, se por um lado o termo significa que a família é a matriz para a concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos, por outro, toma a família como instância primeira ou núcleo básico da proteção social aos seus membros (TEIXEIRA, 2009).

Nota-se que a responsabilização das famílias no dever de proteger seus membros é incorporada no campo das políticas sociais, reafirmada pelas medidas legais como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, que estabelecem o “dever da família, da sociedade e do Estado” na sua proteção, ou seja, reafirmam a responsabilidade das famílias na garantia de proteção e bem estar aos seus membros e a obrigatoriedade da solidariedade familiar. Gueiros (2010, p.1) evidencia essa contradição:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), por exemplo, de um lado reforça a importância da convivência familiar (artigo 4º), iguala os direitos dos filhos nascidos fora da sociedade conjugal ou dos adotivos aos dos filhos nascidos dessa sociedade conjugal (...) e equipara o poder familiar do pai e da mãe (artigo 21); de outro, introduz a noção de proteção legal da criança em relação a seus familiares e evidencia a possibilidade de suspensão e perda do poder familiar (artigo 22) nos casos previstos na legislação civil.

Atualmente, observa-se que a tarefa de articular os recursos para a proteção de seus membros é de responsabilidade da família, mas será que estas estão preparadas e possuem suportes necessários para a responsabilidade de prover o bem-estar? Desse modo, conforme Miotto (2004; 2010), é necessário refletir sobre a centralidade da família na política de assistência social e da criança e do adolescente, pois essa centralidade não pode significar a responsabilização da família, mas sim a superação da focalização do Estado sobre a família, ou seja, em vez de cuidar, as famílias precisam também de cuidados, o que requer um compromisso maior do Estado na garantia de direitos sociais.

Alencar (2010, p. 64) argumentando nesse mesmo sentido afirma:

o Estado não pode devolver para família a responsabilidade com a reprodução social, sobrecarregando-a com encargos que são de

responsabilidade do poder público. (...) a família deve se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando alvo de políticas públicas que realmente levem em consideração as novas configurações da questão social no país.

Portanto, fica evidente que um dos desafios dos profissionais nas instituições executoras das políticas sociais é encontrar meios para ampliar os serviços e qualifica-los no intuito de suprir as múltiplas demandas de proteção requeridas pelas famílias e polos indivíduos que as constituem.

Ainda que, num contexto marcado pela retração do Estado no provimento de proteção, contínuas crises econômicas do capital e permanência de desigualdades sociais, na “ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas” (ALENCAR, 2010, p.62). Conclui-se, pelas reflexões realizadas, que as famílias se tornam foco nas políticas públicas, porque enquanto espaço de proteção e cuidado não permite que as necessidades se tornem demandas, e por isto, na maioria das vezes, a responsabilidade recai sobre as mulheres no cuidado com filhos menores, idosos e deficientes. Ou seja, o Estado tende a se desobrigar de suas responsabilidades e sobrecarregar as famílias no cuidado e proteção aos seus membros.

#### **1.4 - Trabalho social com famílias: perspectivas de outrora e de agora**

No Brasil as formas de intervenção nas famílias iniciaram desde os anos de 1920, vinculada aos princípios da Igreja Católica e as ideias médicas higienistas. A partir da década de 1930, com a intensificação da industrialização e urbanização, o foco sobre a família se situa no campo sanitário, jurídico e urbanístico, marcado pela defesa do modelo eugenista e do modelo de família nuclear (MIOTO, 2014).

A família é o “objeto” de intervenção do assistente social desde a criação da profissão nos anos de 1930, que nasceu ligada aos movimentos de ação social católica, articulando a moral religiosa e a proposta de otimização da missão política junto à classe trabalhadora. Assim, o público prioritário para a ação do Serviço Social foi o trabalhador e sua família, em todos os espaços ocupacionais. Neste contexto também se constituem legislações direcionadas à regular as famílias, com a participação de técnicos do Estado. Destaca-se o Estatuto da Família de 1941,

que dispõe entre elas, o casamento, a filiação e a concessão de auxílios através das caixas de pensões aos trabalhadores.

A partir disso, a ideia de proteção às famílias foi vinculada à figura do trabalhador, ocorrendo então à incorporação da família e da filantropia no campo da proteção social, pautada o princípio da subsidiariedade (MIOTO, 2014). De acordo com esta autora, esse processo demarcou demandas que necessitaram de intervenções profissionais, exigindo um quadro colaborativo de assistentes sociais, educadores e enfermeiros para realizar o trabalho social com famílias. Todavia, este trabalho entre os anos 1940 e 1960 foi marcado profundamente pela tecnificação e ideias filantrópicas, que se pautavam em ações de normalização e disciplinamento necessárias a expansão do capitalismo.

Nos anos de 1970, o trabalho social com famílias é marcado pela produção da área da saúde mental, particularmente pela Terapia Familiar Sistêmica, pautada na patologia para explicar a falência da família no cumprimento de suas funções sociais. Processo esse denominado “psicologização da questão social” (IAMAMOTO apud MIOTO, 2014). Também nessa década aumentam os movimentos contra a ditadura militar, liberdades democráticas e melhores condições de vida; movimentos que adentraram a década de 1980 em defesa de direitos de cidadania, culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os marcos legais construídos na década de 1980 permitiram introduzir a perspectiva de dever do Estado em relação à proteção social, além de produzir mudanças nos parâmetros do trabalho social com famílias. Porém, já nos anos de 1990, ao país chegaram às recomendações estruturadas pelas ideologias neoliberais sobre as novas formas de gestão dos riscos sociais, a política social focalizada e a centralidade da família. Assim, a família passou a ser reconhecida como protagonista importante, bem como o terceiro setor e as instituições filantrópicas (MIOTO, 2014).

A lógica tradicional da assistência social até então em relação às famílias pobres foi construída através dos problemas sociais que as famílias apresentavam e, por isto, as famílias eram consideradas como incapazes, que não tinham capacidade de educar as crianças, proteger seus membros da marginalidade, da promiscuidade e dos vícios. Assim, as políticas voltadas às famílias, geralmente, reproduziam concepções idealizadas de família-padrão, “normal” e dos papéis

clássicos entre seus membros, discriminando as outras formas de composição familiares, encaradas como patológica, incompleta, insuficiente, ou eram simplesmente invisível.

Teixeira (2010) assinala que o trabalho social com famílias, historicamente, na assistência social foi marcado por concepções estereotipadas de famílias, por propostas residuais, atendimentos psicossociais individuais, atendimentos segmentados e fragmentados em situações específicas dos sujeitos, ou seja, os serviços foram organizados de forma que atendessem os indivíduos a partir das situações que apresentavam como, por exemplo, situações de trabalho infantil, abandono, exploração sexual, delinquência, negligência familiar, dentre outras, não contemplando a família como totalidade. Assim, os profissionais de Serviço Social quando trabalhavam com famílias pobres era no sentido de categorizá-la como irregulares, culpadas e incapazes, focalizando seu trabalho nas famílias em situação-limite, em especial nas “mais derrotadas”, “incapazes”, “fracassadas”.

Mas, a partir da década de 1980, um novo paradigma foi se consolidando no Serviço Social fundamentado na teoria social marxista, o qual implicou, segundo Mioto (2010; 2014), duas mudanças fundamentais na forma de pensar e trabalhar a família. Uma refere-se à possibilidade de interpretar as demandas, bem como as necessidades trazidas por sujeitos singulares não mais como problemas individuais e familiares. A outra é decorrente da nova perspectiva teórica no que diz respeito ao redimensionamento exigido em relação à ação profissional, tanto no que se refere ao seu alcance, como a sua direcionalidade na perspectiva dos direitos de cidadania (MIOTO, 2010).

Nesse mesmo contexto, adensaram-se os movimentos sociais e as lutas por direitos civis, políticos e sociais, dos quais integrantes da categoria profissional ativamente participaram. As mudanças que se operaram nesse período permitiram a reformulação de diversas questões ligadas à cidadania, aos direitos sociais e as formas de pensar e trabalhar famílias, as quais também marcaram a área do Serviço Social. Tais aspectos associados à adoção da teoria social crítica nesse percurso, localizado entre os anos de 1970-2000, destaca-se o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento, o avanço expressivo nos seus fundamentos, no debate teórico e na inserção política no campo das políticas sociais. “Porém, nesse novo contexto, a família não alcançou o estatuto de objeto de estudo privilegiado no



âmbito da profissão” (MIOTO, 2010, p. 165). Segundo Mito (2010, p. 166) foi na década de 2000 que “o tema da família ‘tomou de assalto’ o Serviço Social”, quando o Estado brasileiro se retrai do campo social e enfatiza-se a família na proteção social.

No intuito de contribuir com o debate e a qualificação dos profissionais que atuam nas políticas sociais configuradas após Constituição Federal de 1988, Mito (2004) argumenta que o Trabalho Social com Famílias (TSF) envolve inúmeras questões em relação às famílias, as quais estão presentes os diferentes arranjos e dinâmicas familiares internas, as formas como as famílias estabelecem suas relações com o Estado, o trabalho e o mercado, bem como as mudanças sociodemográficas e suas implicações no cotidiano das famílias.

Nas décadas recentes, conforme Teixeira (2010), o campo da assistência social passou por diversas transformações com o surgimento das novas legislações, demandas e expectativas, as quais buscaram superar as visões tradicionais de pobreza, os atendimentos segmentados e pontuais, bem como incorporar a dimensão protetiva e preventiva, portanto, provocando a necessidade de novas competências e saberes para o desenvolvimento desse trabalho social, “com práticas socioeducativas alternativas, dirigidas para a autonomia e protagonismo das famílias” (TEIXEIRA, 2010, p.08).

Mito (2014) considera que o trabalho social com famílias requer que seja alicerçado na perspectiva das necessidades humanas, do reconhecimento da família independente do seu arranjo e desencadeado a partir de demandas postas pelas famílias e seus integrantes. Desta maneira, torna-se fundamental o conhecimento dos arranjos e dinâmicas familiares, assim como dos recursos e serviços sociais disponíveis nos territórios para a definição e planejamento das ações profissionais. O assistente social precisa conhecer e compreender, além de determinantes macrossociais, as particularidades das dinâmicas familiares e as multiplicidades de configurações das famílias, afim de que os serviços, programas e projetos sociais direcionados aos segmentos pauperizados sejam desenvolvidos de acordo com as suas necessidades e promovam o acesso às políticas de proteção social.

Em face desses aspectos estruturais, conjunturais e profissionais, Mito em seus estudos (1994; 2010; 2014) propõe que o trabalho social com famílias seja

concebido numa perspectiva tridimensional, ou seja, abrangendo-o a partir de três eixos: 1) político-organizativos, 2) de planejamento e gestão, e 3) socioassistencial.

Resumidamente, os processos político-organizativos no trabalho com famílias implicam em ações que privilegiem e incrementem a discussão da relação família e proteção social na esfera pública, visando o rompimento com a ideologia vigente da família como responsável da proteção social, buscando a garantia e ampliação dos direitos sociais. Ações que considerem não só as necessidades imediatas, mas prospectam, a médio e a longo prazos, a construção de novos padrões de sociabilidade entre os sujeitos. As ações nesse âmbito possuem caráter coletivo e dentre elas destacam-se as de assessoria e mobilização junto às famílias, aos conselhos de direitos e aos movimentos sociais organizados. Os processos de planejamento e gestão vinculam o conjunto de ações profissionais desenvolvidas com enfoque no planejamento institucional como instrumento de gestão e gerência de políticas e serviços. Buscam o deslocamento do foco do atendimento dos objetivos institucionais para o atendimento das necessidades das famílias. Nesse sentido é fundamental a interferência no sentido de construir práticas efetivas de intersectorialidade, ou de gerir as relações interinstitucionais na busca de aliviar a carga de trabalho impingida pelos serviços às famílias. Ou seja, para reverter o processo de responsabilização da família pelo cuidado, prática tão naturalizada no âmbito de equipes multidisciplinares. Finalmente os processos socioassistenciais correspondem às ações profissionais desenvolvidas diretamente com as famílias. Sua lógica reside em atendê-las enquanto sujeitos e não como objetos terapêuticos. Assim, busca-se responder às suas demandas/necessidades numa perspectiva de construção da autonomia. Autonomia que lhes permitam um engajamento ativo no contexto da participação política. (MIOTO, 2010, p.174).

Dessa maneira o trabalho social com famílias consiste em construir diferentes alternativas diante das situações e condições sociais vivenciadas pelas famílias para que as soluções não fiquem no campo do imediatismo, mas impliquem, ao longo do tempo, a construção de possibilidades geradoras de autonomia das pessoas e das famílias no acesso aos serviços sociais para a efetivação de seus direitos de cidadania.

Em síntese, conforme argumenta Miotto (2010, p.174-175), a partir

dessas indicações para o trabalho com famílias é que se torna possível a construção de metodologias de trabalho. Metodologias entendidas como opções realizadas pelos profissionais por determinadas formas de condução das ações profissionais em determinado momento tendo em vista a efetivação de determinados objetivos e finalidades. Portanto elas não podem ser construídas à priori, mas no processo. Enfim, uma construção que depende da definição dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos que sustentam as ações profissionais, das finalidades que orientam tal ação, além do conhecimento/investigação necessários sobre o objeto da ação e dos objetivos que se quer alcançar.

Ou seja, compete ao profissional considerar as contradições e desigualdades sociais determinantes das condições vividas pelas famílias pobres economicamente,

as formas de viver e significar família, ao lugar da família nas políticas de proteção social, concomitantemente à reflexão desses eixos para construir as metodologias de trabalho social com famílias, uma vez que “não podem ser construídas a priori, mas no processo” (MIOTO, 2010, p.175).

Ainda no que se refere ao trabalho social com famílias e à relação família e Estado na proteção social, de acordo com Gueiros (2010), além de conceber a família em sua historicidade, é fundamental compreender a complexidade das relações e demandas sociais como decorrentes da condição de classe social, das relações de gênero e de geração, bem como das questões étnicas e culturais.

No capítulo seguinte caracterizaremos brevemente a Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS), o território abrangido assim como as famílias atendidas, além de explicitar e analisar a intervenção do Serviço Social no campo socioassistencial e o trabalho social com as famílias a partir do Programa Campeões nas Quadras e na Vida (PCQV).

## CAPÍTULO II

### TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NA FUCAS

#### **2.1 - Sobre a FUCAS e seus serviços, programas e projetos socioassistenciais**

A Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS) é uma organização não governamental sem fins lucrativos, de caráter socioassistencial, que atua na cidade de Florianópolis-SC, mais especificamente na localidade do Morro da Caixa e comunidades adjacentes, onde há 12 anos é desenvolvido o Programa “Campeões nas Quadras e na Vida” (PCQV), foco de nossa análise.

A FUCAS foi criada em 18 de novembro de 1977, como fundação de direito privado sem fins lucrativos pelos funcionários da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Essa instituição tem como órgão fiscalizador e regulador externo o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e, desde sua origem, o assistente social esteve presente no quadro de profissionais (ALENCASTRO, 2015). Posteriormente, em 2003, devido às mudanças na legislação, a entidade alterou sua natureza de ação e passou a atuar, conforme seu estatuto, na área da assistência social.

Neste sentido, a FUCAS deixou de prestar serviços diretamente à CASAN em 2003 e, a partir de 2004, começou a atuar na área social e comunitária, adequando-se à nova legislação brasileira relacionada às entidades socioassistenciais. Para o desenvolvimento de suas ações, contou com o apoio de outras organizações não governamentais como, por exemplo, a Associação Alfa Gente localizada no Morro da Caixa, cujo público abrangido era de crianças das comunidades ao entorno.

Atualmente, as ações dessa Fundação abrangem as comunidades do Morro da Caixa, Vila Aparecida e Jardim Ilha Continente da região continental de Florianópolis, com a finalidade de promover o acesso a serviços de assistência social, conforme as diretrizes da PNAS (2004), realizando um conjunto integrado de ações que contribuam para o acolhimento e o desenvolvimento não somente das crianças e adolescentes dessas comunidades, mas também de suas famílias

A FUCAS desenvolve nos dias atuais dois programas sociais: o Programa Campeões nas Quadras e na Vida (PCQV) e o Programa de Capacitação. O Programa Campeões nas Quadras e na Vida é composto por projetos que

proporcionam atividades culturais, esportiva, de lazer e inclusão digital às crianças e adolescentes com idade entre 10 e 18 anos. Através dos projetos são oferecidas as oficinas de: esporte, dança, circo, artesanato, recreação, judô, jiu-jitsu e informática. Tais modalidades são proporcionadas no período de contra turno escolar, com o direito a uniforme e duas alimentações diárias (café da manhã e almoço ou almoço e café da tarde). Essas ações desencadeadas pressupõem o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

A criação desses serviços e a constituição desses espaços de intervenção social relacionam-se a levantamento realizado pelo Serviço Social da FUCAS nos anos de 2003/2004, onde foi constatado que essas comunidades não possuíam um local específico para o atendimento a determinadas demandas socioassistenciais relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes e de suas famílias. Desse modo, o Programa contemplou o atendimento a essa categoria social, mas também às suas famílias e ao conjunto das famílias moradoras nessas comunidades. Em linhas gerais, as atividades desenvolvidas focam o exercício da cidadania, ou seja, visam contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que exerçam a criticidade a respeito da realidade vivenciada e se tornem capazes de reivindicar seus direitos e participar das instâncias de controle social de políticas sociais.

O procedimento de inserção de crianças e adolescentes no Programa se dá pelo interesse do responsável na busca de vaga, bem como por encaminhamentos de outras instituições. Para a inscrição é preciso apresentar os seguintes documentos: 1) do(a) responsável: registro de identidade (RG), CPF, comprovante de residência e de renda; 2) do(a) adolescente: certidão de nascimento, registro de identidade, CPF, atestado médico e atestado de frequência escolar. Atualmente, o Programa disponibiliza de 200 vagas para crianças e adolescentes, a divulgação das vagas disponíveis acontece através da busca ativa nas comunidades ao entorno da FUCAS e da divulgação nas escolas.

O atendimento de acolhimento inicial na FUCAS é realizado pelo assistente social, que realiza entrevista com as famílias a fim de conhecer a trajetória de sua história e as expressões da questão social<sup>3</sup> que se manifestam em seu cotidiano.

<sup>3</sup> Para Yamamoto (2000) a questão social é entendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade, ou seja, social é a expressão

Desse processo constitui-se o cadastro socioeconômico das famílias, cujas informações são registradas no sistema da instituição, denominado Gestor Social (ALENCASTRO, 2015).

Os critérios de seleção adotados para participar do PCQV são: a família residir nas comunidades do entorno de abrangência territorial da FUCAS, as crianças e os adolescentes estar regularmente matriculados e frequentando a escola, e a análise do cadastro socioeconômico das famílias. Ainda, é necessária a assinatura de um termo de compromisso<sup>4</sup> pelo responsável, que deve providenciar, em trinta dias, o atestado de frequência escolar e o atestado médico para a realização de atividades físicas. Ainda que se considerem estes critérios institucionais, ao levar em conta múltiplas situações e condições sociais vivenciadas pelas famílias dessas comunidades, a intervenção do Serviço Social da FUCAS não se restringe às crianças, adolescentes e famílias oficialmente inscritas no PCQV.

Após a inscrição aqueles(as) que são novos(as) no Programa experimentam as atividades durante 15 dias e, posteriormente, fazem a escolha da atividade de seu interesse e que possui vaga. Caso não goste, pode trocar de atividade desde que haja vaga na outra escolhida. Outros critérios estipulados para as trocas de atividades, depois de passado os quinze dias, são: solicitação médica por falta de condições físicas para realizar a atividade; solicitação do(a) educador(a) que vê no adolescente um potencial; solicitação do(a) responsável que deverá vir até a instituição para dizer seus motivos, por exemplo, em relação à orientação religiosa. Além destes, há a exigência do acompanhamento dos serviços de apoio e a participação dos(as) educadores(as).

O PCQV prioriza diferentes aspectos da função de educar para a cidadania, mas, sobretudo acentua e defende a ética, o respeito à diferença e ao multiculturalismo como premissa básica dos trabalhos realizados nas atividades diárias, bem como no acompanhamento e orientação dos serviços: social, psicológico e pedagógico.

A FUCAS também desenvolve projetos voltados para qualificação profissional de adolescentes/jovens. A capacitação é concebida pelo Projeto Empreendedor Aprendiz que busca incluir jovens no mercado de trabalho, na condição de

---

da contradição existente entre capital e trabalho, é a manifestação no cotidiano da vida das pessoas, da desigualdade social.

<sup>4</sup> Termo anexado no final do trabalho.

aprendizes, que oferece qualificação profissional por meio de cursos, como: repositor de mercadorias, almoxarife, auxiliar de serviços administrativos entre outros.

Para subsidiar o atendimento das crianças e adolescentes acolhidos, o PCQV conta com uma equipe de profissionais formada por educadores sociais, especializados nas áreas de cada oficina oferecida nos projetos, assim como tem o apoio da equipe multiprofissional que é constituída pelos profissionais de Serviço Social, Pedagogia e Psicologia (ALENCASTRO, 2015). Semanalmente são realizadas reuniões com a equipe interdisciplinar do Programa a fim de discutir e definir assuntos relacionados às demandas atendidas e outra, com equipe e todos os educadores sociais, com o propósito de manter todos informados sobre os acontecimentos da instituição e fortalecer a equipe para o sucesso no resultado das demandas presentes.

O Programa (PCQV) é constituído por vários projetos sociais, os quais serão expostos a seguir:

- Projeto Cultura e Arte:

O projeto “Cultura e Arte” promove ações de integração e parte do princípio de que é possível transformar dificuldades sociais por meio da ampliação do acesso à fruição e à produção artística e midiática. Estimula a inclusão social através dos trabalhos realizados, o convívio social e práticas que motivem a valorização da autoestima e a socialização dos jovens, assim como oportuniza espaços para a apreciação sobre diferentes áreas artísticas, entre elas, a dança, a literatura, a pintura, a fotografia, o artesanato, a prática circense e a recreação.

Tem como objetivos promover o processo de aprendizagem, habilidades, criatividade, debates e reflexões com as crianças e os adolescentes inseridos no projeto, além de realizar exposições e apresentações interna e externamente.

- Projeto Esporte Cidadão

O projeto promove, por meio de ações esportivas, a inclusão social, a saúde, a valorização individual e coletiva, bem como o lazer dos adolescentes atendidos. Em suas atividades diárias procura estimular as capacidades físicas, incentivando a participação, e, ao mesmo tempo, respeitando as possibilidades e capacidades dos

participantes. Na prática dos esportes também são incentivados a formação de princípios e valores para o convívio social. A ética da cooperação e respeito são valores importantes e discutidos nas atividades oferecidas pela FUCAS.

Além disso, que a partir da prática do esporte, o jovem possa fazer escolhas mais saudáveis para a sua vida nesta fase transitória e dependente de condicionantes. As atividades esportivas oferecidas no Programa atualmente são: Judô, Esportes, Jiu Jitsu, Escolinha de Futsal, dança e o circo.

Outros objetivos desse projeto são: promover também o desenvolvimento físico, promover o acesso ao esporte como direito social, incentivar a participação nas atividades de lazer, oferecer a inclusão social por meio das atividades esportivas entre outros. As atividades de esporte são realizadas dentro do ginásio da FUCAS, quanto às demais atividades acontecem em uma sala da instituição.

- Projeto “Caixa Digital”:

A proposta do projeto é atuar na área da Tecnologia de Comunicação Digital – TCD e procura promover a equidade social e a inclusão digital. Sabemos que a tecnologia da informação pode ser uma saída nos processos de emancipação das pessoas. Não significa apenas “saber usar o computador” ou adquirir o conhecimento técnico.

O objetivo é instigar a ação crítica e produtiva dos jovens sobre suas vidas, sobre a comunidade em que vivem e sobre a sociedade com a possibilidade de transformá-la. Desta forma o projeto “Caixa Digital” traz um valor agregado que é a discussão da cidadania buscando o empoderamento dos sujeitos, visando à transformação social. As atividades propostas envolvem a informática básica, edição de áudio e vídeo, blog e mapa colaborativo.

- Projeto Clube da Luluzinha e Bolinha

O Projeto Clube da Luluzinha e Clube do Bolinha tem por objetivos realizar ações educativas e preventivas relacionadas a adolescência, bem como o cuidado com o corpo e situações que os adolescentes atendidos, em sua maioria, estão direta e indiretamente ligados. Informando aos adolescentes, por meio de roda de conversas e grupos reflexivos, através de dinâmicas, a importância da prevenção relacionada ao cuidado com o corpo.



Nesse espaço são trabalhados temas voltados para orientação e prevenção relacionadas aos cuidados do corpo bem como questões sobre sexualidade, sexo, gravidez, namoro, métodos contraceptivos, drogas, DST/AIDS, favorecendo as ligações afetivo-sociais da idade, fortalecendo a confiança em si e no outro, e uma autoestima positiva.

O público-alvo desse projeto são adolescentes que participam do Programa com a faixa etária entre 12 e 17 anos de idade. O projeto acontece duas vezes ao ano, sendo o primeiro encontro em maio com os meninos e em junho com as meninas e o segundo encontro em outubro com os meninos e em novembro com as meninas (BARBOSA, 2014).

- Serviços: pedagogia e psicologia

O Serviço Pedagógico no Programa tem como objetivo organizar, acompanhar e orientar a realização das diversas atividades educativas não formais, para o atendimento do público assistido, famílias e educadores sociais.

A pedagogia auxilia na realização das atividades de cada um dos projetos, facilita o vínculo dos assistidos com os educadores e demais colegas de atividades diárias. Este Serviço atua de modo articulado com os serviços de psicologia e serviço social, bem como com as demais atividades.

O Serviço Pedagógico atua em três frentes específicas no Programa: na mediação conflitos entre os assistidos e/ou educadores; na qualificação e acompanhamento permanente dos educadores sociais; na inserção e monitoramento de dados no gestor social.

Os adolescentes inscritos no programa passam pela triagem de cada um dos serviços. A triagem tem como objetivo identificar os adolescentes que apresentam algum histórico de atendimento com problemas psicológicos, sociais, emocionais ou demandas específicas que possam ser atendidas ou trabalhadas nas atividades pela equipe interdisciplinar. As inscrições nas atividades são realizadas pela pedagogia, que conforme os pedidos de inscrição das crianças e dos adolescentes nas atividades, o serviço repassa aos educadores. Também, organiza horários das atividades e distribuição de adolescentes (inserções, trocas, etc.) nas atividades (D'ÁVILA, 2013).

A pedagogia realiza também a orientação aos (as) adolescentes sobre o funcionamento, práticas de convívio do Programa, acompanhamento e incentivo ao processo de aprendizagem escolar dos(as) adolescentes, orientando as famílias/responsáveis. Também são realizadas visitas às escolas da jurisdição do Programa, com o objetivo de consolidar a parceria entre as entidades (Programa e escolas), bem como visitas a Gerência de Educação de Ensino na GERED ou Secretaria de Educação do estado SED-SC, Universidades, além de realizar encontros semanais dos serviços para estudos de caso e encaminhamentos (ALENCASTRO, 2015).

Os atendimentos frequentemente são realizados pela equipe multiprofissional do programa, ou seja, psicologia, pedagogia e serviço social, considerando as expressões da questão social e as questões psicossociais que se encontram as crianças, adolescentes e suas famílias.

O Serviço de Psicologia no “Programa Campeões nas Quadras e na Vida” procura tratar as relações por meio de suas intervenções. Busca realizar atividades que proporcionem o fortalecimento da autoestima e de vínculo, a espontaneidade e criatividade dos(as) adolescentes, de pais/responsáveis e demais integrantes das comunidades atendidas. Tem ainda como intenção tornar as relações mais fortalecidas e verdadeiras.

O Serviço de Psicologia visa à sensibilização social do público-alvo através do tratamento das relações interpessoais na realização de técnicas da Gestalt Terapia e também realiza a triagem como os demais serviços. Este Serviço também realiza o atendimento diário aos pais/responsáveis e/ou adolescentes; aplicação de questionário de avaliação com adolescentes; entrevista de Anamnese com os pais/responsáveis de adolescentes inscritos no PCQV (quando solicitado); psicoterapia breve aos (as) adolescentes e integrantes da comunidade; orientação de pais/responsáveis; orientação aos (as) educadores quanto aos sentimentos dos adolescentes; discussão de casos de atendidos(as) com os(as) integrantes da equipe; elaboração de relatos, laudos psicológicos e currículos; atendimento familiar; visita domiciliares; visitas e palestras nas escolas; visitas nas comunidades atendidas; aplicação de vivências nas atividades do Programa; encaminhamentos para outros serviços e/ou instituições; ações compartilhadas tais como o Psicodance (realizado em parceria com a atividade de dança) e o Circodrama (realizado em

parceria com a atividade de Circo), Clube do Bolinha (grupo específico para meninos), Clube da Luluzinha (grupo específico para meninas) para discutir assuntos do interesse de cada grupo; aperfeiçoamento pedagógico e dinâmicas de grupo com educadores sociais e colaboradores da FUCAS (ALENCASTRO, 2015).

O Serviço de Psicologia utiliza como abordagem e método de trabalho principal a Gestalt Terapia, utilizando-se de técnicas próprias desta abordagem. São realizados atendimentos de orientação e acolhimento com as crianças, adolescentes e suas famílias, e quando necessário são realizados encaminhamentos para os profissionais especializados na área (Serviço Social e Pedagogia). Cabe também ao Serviço de Psicologia a realização de avaliação com pais e/ou responsáveis e adolescentes com o objetivo de perceber a autoestima e os valores. O questionário é aplicado pela psicóloga, duas vezes por ano, com todos os (as) adolescentes.

O Serviço Social que também compõe no quadro de serviços do Programa será apresentado e detalhado no item 2.4 deste capítulo.

A seguir será apresentado o Projeto Aprendiz Empreendedor da FUCAS que compõe o Programa de Capacitação. Este Programa tem como objetivo a inclusão social de jovens e adultos, em situação de vulnerabilidade social, no mundo do trabalho, contribuindo para a qualificação profissional e a formação da cidadania. Compreende a oferta de qualificação profissional por meio de projetos e ações que atendam às exigências do mercado de trabalho e que busquem a inclusão social.

- **Projeto Aprendiz Empreendedor:**

As atividades iniciaram em 2008 desenvolvendo ações para qualificação e inserção no mercado de trabalho de adolescentes e jovens com a faixa etária de 14 a 24 anos. Dessa forma, busca desenvolver as competências pessoais e profissionais de pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando à inclusão ao mundo do trabalho (D'ÁVILA, 2013).

Atualmente a FUCAS oferece cursos profissionalizantes para jovens aprendizes, com uma visão que alia interesse social e econômico, o programa atua na área da assistência social. O Projeto Empreendedor Aprendiz busca incluir jovens no mercado de trabalho na condição de aprendizes. Pauta-se na Lei 10.097/2000, bem como pelo Decreto 5.598/05, que regulamenta a profissionalização e inclusão de jovens no mercado de trabalho.

Devido às dificuldades em ingressar no mercado de trabalho de forma digna e qualificada faz-se primordial garantir o acesso à cidadania e o futuro desses jovens, fortalecendo as políticas voltadas à juventude. Quanto mais cedo o jovem entra no mercado de trabalho, maior tende a ser o prejuízo na formação educacional e, conseqüente, reprodução da pobreza (ALENCASTRO, 2015).

Os jovens que estão interessados em participar do programa de capacitação devem efetuar sua inscrição pelo site [www.fucas.org.br](http://www.fucas.org.br) ou comparecer na sala do serviço social do Programa Campeões nas Quadras e na Vida.

O contrato como aprendiz possui prazo de no máximo dois anos e não gera vínculo empregatício com a empresa. Os adolescentes possuem carteira assinada, com a carga horária de trabalho de 20 horas semanais, sendo destas 04 horas dedicadas para o dia da capacitação e acompanhamento na FUCAS. Nesse sentido, para participar do programa o jovem deve estar cursando a escola, ou ter concluído o ensino médio. Para contratação é necessário os seguintes documentos: CPF; RG; Carteira de trabalho; Atestado de Frequência Escolar; CPF e RG do responsável; Comprovante de Residência; Certidão de Nascimento; Foto 3x4 (D'ÁVILA, 2013).

No projeto, os jovens têm acesso aos conteúdos técnico-profissionais na entidade qualificadora, no caso a FUCAS, e contato com a prática nas empresas contratantes. Além disso, é oferecido ao jovem todo o suporte da equipe multiprofissional do PCQV que é composta por pedagogos, psicóloga e assistente social. O jovem é acompanhado pela equipe durante todo o contrato de aprendizagem, sempre focando a transformação do seu potencial em conhecimentos, habilidades e competências necessários para sua inclusão ao mundo do trabalho.

Sobre as vagas disponíveis, as empresas parceiras da FUCAS entram em contato com a instituição para informar a disponibilidade das vagas e o interesse de contratação dos adolescentes. “O projeto é organizado em parceria com as empresas que disponibilizam as vagas, em consonância com a Lei Federal 10.097/2000 que define que todas as empresas de grande e médio porte são obrigadas a contratar aprendizes”(D'ÁVILA, 2013, p.34).

Para finalizar, o processo de seleção acontece conforme a inscrição e o perfil dos candidatos para vaga. Os adolescentes que fazem parte do Programa Campeões nas Quadras e na Vida são encaminhados pela assistente social que observa quem

tem interesse no mercado de trabalho e realiza o encaminhamento, conforme o perfil, para participar do processo seletivo. Os candidatos que foram selecionados para vaga participam de uma entrevista com a empresa e o contratante, por fim, decide a contratação.

No próximo item serão apresentados alguns aspectos das comunidades atendidas pelo Núcleo do Serviço Social da FUCAS, que se mostram fundamentais para a compreensão desse estudo.

## **2.2 - Caracterização das comunidades atendidas**

As comunidades apresentadas estão situadas na área continental do município de Florianópolis. Fazem parte dessas comunidades crianças e adolescentes e suas famílias que são atendidos e acompanhados no PCQV pela equipe multiprofissional (Serviço Social, Pedagogia e Psicologia). Portanto, apontaremos alguns aspectos históricos e sociais das seguintes comunidades: Morro da Caixa, Jardim Ilha Continente e Vila Aparecida.

Os dados apresentados a seguir foram retirados do diagnóstico social de 2014 realizados pelas assistentes sociais do PCQV.

### **▪ Morro da Caixa**

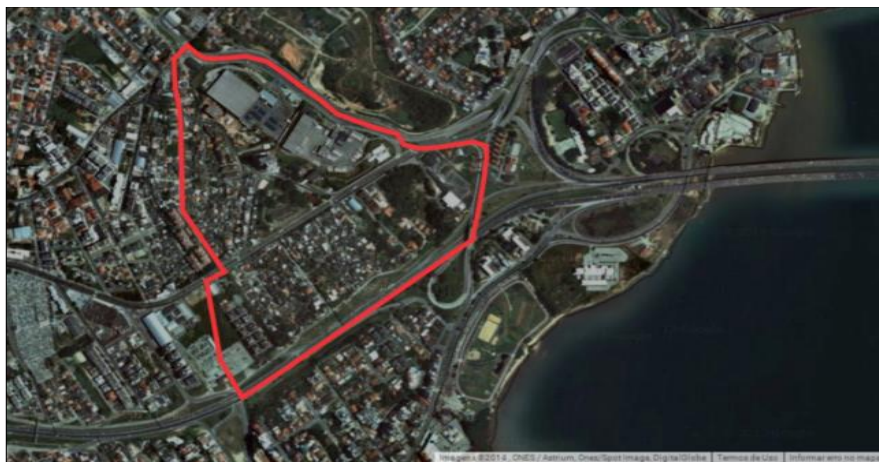
O Morro da Caixa, de acordo com os dados do Censo Demográfico, do ano de 2010, possui 3.752 habitantes, sendo destes 2.767 homens e 805 mulheres, não especificados em crianças, adolescentes, adultos e idosos. A maioria dos seus habitantes é originária da região do Alto Biguaçu, atual município de Antônio Carlos, que passou a fixar residência no Morro principalmente nos anos 1950 e 1960 (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Mas os primeiros migrantes que chegaram a esse local ainda no final da década de 1920 foram afrodescendentes, quando começaram a construir suas moradias e se estabelecer nessa região. A partir da vinda desses primeiros moradores é que os demais membros das famílias escolheram a comunidade para residir, aumentando, assim, sua densidade populacional (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Esse processo de ocupação dos morros da cidade, em especial o Morro da Caixa, está diretamente vinculado aos planos de modernização e urbanização da

cidade de Florianópolis, impulsionados pelos projetos desenvolvimentistas a partir dos anos 1950. Nesse caso, as disputas travadas pelos grupos políticos em torno dos projetos para o futuro da cidade, a opção de modernização assentada numa suposta vocação turística da capital do estado catarinense e a expansão da construção civil refletem-se na dinâmica urbana excludente e na adoção das medidas assistencialistas direcionadas às classes empobrecidas (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Figura 1 – Localização da Comunidade Morro da Caixa no Continente



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

Quanto à educação, conforme os dados do IBGE (2010), consta no Morro da Caixa uma população em idade escolar entre 0 a 5 anos de 228 crianças e entre 06 a 18 anos de 587 estudantes.

Figura 2 – Creche Najib Jabor

Figura 3 – Centro Educacional Alfa Gente I



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

No que se refere à educação infantil têm-se as creches: Centro de Educação Infantil Morro da Caixa Alfa Gente e Creche Najib Jabor. Em relação ao atendimento às crianças e adolescentes em idade escolar tem-se a Escola de Educação Básica Deyse Werner Salles, em Capoeiras, que oferece educação em nível fundamental e médio e a Escola Básica Almirante Carvalhal, em Coqueiros, que disponibiliza vagas para o ensino fundamental e para o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Em relação à saúde, atualmente existe o novo Centro de Saúde do Continente, inaugurado em 18 de março de 2014. O espaço conta com sala de espera, recepção, auditório, imunização, nebulização, procedimentos, curativos, farmácia, marcação de consultas, coordenação, almoxarifado, dois consultórios diferenciados (com banheiros), três consultórios indiferenciados, três consultórios odontológicos, banheiros públicos, rouparia, vestiário de funcionários, Centro de Material e Esterilização, copa, Diagnóstico de Medicina Ambulatorial e depósito de resíduos, totalizando um espaço físico de 490,85 m<sup>2</sup> (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Figura 4 – Unidade de Saúde



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

A comunidade tem como área de lazer para seus moradores os seguintes espaços: o Campinho, o Parque de Coqueiros - Saco da Lama.

Figura 5 – Parque de Coqueiros - Saco da Lama



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

Figura 6 – Campinho



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

#### ▪ Jardim Ilha Continente

A comunidade Jardim Ilha Continente possui 2534 habitantes, sendo destes 612 mulheres e 1922 homens, não especificados em crianças, adolescentes, adultos e idosos (IBGE, 2010). A Comunidade Jardim Ilha Continente teve suas primeiras ocupações em meados de 1983 por famílias provenientes, principalmente, do interior de Santa Catarina (47,90%), sobressaindo-se Campos Novos, de Pato Branco no estado do Paraná (13,44%) e do Rio Grande do Sul (5,88%). Nesse mesmo período, em Florianópolis começaram a aparecer os novos movimentos sociais, reivindicando principalmente a infraestrutura para as comunidades (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Em decorrência desse processo, o espaço urbano se transforma entre as lutas de classe e a disputa pelo solo, que passa a se constituir na contradição fundamental da questão da moradia, por ter um caráter privado, limitando com isso o acesso das classes populares. Este fenômeno historicamente construído evidencia o alicerce de uma expressão da exigência do modo de vida capitalista, que é igualmente o espaço de luta das classes populares compostas por essa estrutura de produção (FEUBACH; ZACCHI, 2014).



O mapa a seguir mostra a localização da comunidade na região continental de Florianópolis:

Figura 7 – Mapa da Comunidade Jardim Ilha Continente



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

Em relação às questões referentes à educação, conforme apresentam as informações do Censo Demográfico de 2010, consta no Jardim Ilha Continente uma população em idade escolar de 0 a 6 anos de 249 crianças e de 7 a 18 anos de 373 estudantes. No que se refere a instituições de atendimento na educação infantil, tem-se as creches: Centro de Educação Infantil Morro da Caixa Alfa Gente, Creche Najib Jabor e a Creche Ilha Continente, localizada no espaço central da comunidade. Os adolescentes são atendidos pela Escola de Educação Básica Deyse Werner Salles, em Capoeiras, que oferece educação em nível fundamental e médio, a Escola de Educação Básica Jornalista Jairo Callado, que atende alunos de ensino fundamental, bem como a Escola de Educação Básica José Boiteux (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Figura 8 - Escola de Educação Básica Deyse Werner Salles

Figura 9 - Escola de Educação Básica José Boiteux



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

Em relação à saúde a comunidade não possui uma unidade básica de saúde, portanto possui como referência o Novo Centro de Saúde do Continente, localizado na comunidade do Morro da Caixa, próximo a Avenida Ivo Silveira.

A comunidade tem como áreas de lazer para os seus moradores os mesmos espaços supracitados no Morro da Caixa, tendo em vista a proximidade das comunidades, como o Campinho, o Parque de Coqueiros - Saco da Lama, a Caixa D'Água da CASAN, a quadra aberta localizada no interior da comunidade e o PCQV.

#### ▪ Vila Aparecida

A população atual da Comunidade Vila Aparecida é de 2040 habitantes, sendo destes 1005 mulheres e 1035 homens, não especificados em crianças, adolescentes, adultos e idosos. A comunidade está localizada na parte continental do Município, entre os bairros de Coqueiros e Abraão, às margens da via expressa da BR-282, via de acesso a Ponte Pedro Ivo Campos, que une o Continente à Ilha. É conhecida também como Morro da Covanca (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

O mapa a seguir mostra a localização da comunidade na região continental de Florianópolis:

Figura 10 - Mapa da Comunidade Villa Aparecida



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

A história da comunidade remete às décadas de 1950 e 1960, quando ocorreram na cidade de Florianópolis um significativo crescimento da construção civil e a ampliação dos setores públicos municipais, estaduais e federais no município. Tais fatores provocaram a expectativa de novos postos de trabalho, ocasionando a migração para a região e o desenvolvimento dos bairros continentais como Estreito, Abraão e Coqueiros (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Considerando o grande número de pessoas que migraram para essa área, em 1980 o IBGE desmembrou a Vila Aparecida em quatro áreas para facilitar a contagem da população: Vila Aparecida I (ocupada por volta de 1954), Vila Aparecida II (ocupada no final de 1960), Morro do Arranha Céu (ocupado por volta de 1965), Nova Jerusalém (ocupada bem 1980) e Maclarem (ocupada a partir dos anos 1990) (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

As casas situadas na Comunidade são construídas, na maioria das vezes, com materiais reaproveitados ou de madeira, sendo estas as alternativas de acesso à moradia encontrada pelas famílias em situação econômica desfavorecida. O espaço entre as casas, denominados de ruelas, limita a privacidade dos sujeitos que ali residem. Os moradores foram se inserindo nessa localidade através da compra, apropriação ou divisão de terras com familiares e parentes mais distantes, provenientes, na maioria das vezes, do oeste catarinense e planalto serrano. No entanto, há um número significativo de ocupações por parte de famílias de municípios da Grande Florianópolis (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Em relação à educação, conforme as informações do Censo Demográfico de 2010, consta na Vila Aparecida uma população em idade escolar entre 06 a 18 anos

de 502 estudantes, sendo que para a educação infantil tem-se o Centro de Educação Infantil Vila Aparecida Alfa Gente; as crianças e adolescentes da comunidade são atendidas pela Escola Básica Professora Rosinha Campos, esta com ensino fundamental ao médio e pela Escola Básica Presidente Roosevelt, somente com o ensino fundamental (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Referente à saúde, a Comunidade possui uma unidade de saúde básica, construída pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em 1980, localizada no bairro Coqueiros. Disponibiliza serviços de atendimento, prevenção e promoção da saúde, os quais são realizados por uma equipe de profissionais.

Figura 11- Unidade de Saúde Villa Aparecida



Fonte: FEUBACH; ZACCHI, 2014.

Por fim, na Comunidade existem várias igrejas: católica, espírita, pentecostais da Assembleia de Deus e Evangélica Quadrangular, todas localizadas no centro da comunidade. Os espaços de lazer são configurados por áreas e terrenos baldios, pertencentes ao Grupo Cassol, os quais são utilizados por crianças e adultos para soltar pipas, jogar vôlei, futebol e outros tipos de brincadeira, sendo o único espaço para lazer na comunidade. As crianças e adolescentes da comunidade Vila Aparecida também são atendidas pela organização não-governamental Centro de Valorização Humana, Moral e Social (CEVAHUMOS), através do Projeto Família Saudável, e também pela FUCAS, através do PCQV e do Projeto Empreendedor Aprendiz (FEUBACH; ZACCHI, 2014).

Diante da caracterização do território, observa-se que os problemas das comunidades atendidas estão relacionados a situações como: infraestrutura, saneamento básico, violência, tráfico de drogas, saúde, educação, transporte, decorrentes das desigualdades sociais e da minimização do papel do Estado na

promoção de políticas públicas e de proteção social aos cidadãos, observa-se também a insuficiência de serviços as famílias e escolas de período integral.

Desse modo, as famílias que se encontram nessas situações de vulnerabilidade social possuem como forma de atendimento os CRAS, CREAS, ONGs e outras instâncias de cunho filantrópico para a provisão de serviços de bem-estar. Essa realidade retrata o quanto é necessário que haja articulações e mobilizações coletivas para que enfrentem as reais necessidades da população.

Segundo a PNAS (2004) é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, pois com base no território onde as famílias vivem é que se permite conhecer suas necessidades, as condições em que vivem e suas relações sociais com demais agentes sociais, como Estado e mercado. É a partir do território que se definem as ações e políticas sociais para resolver os problemas de uma população (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, Negri; Lajus e Neckel (2016, p.6) afirmam:

a definição da territorialidade na política de assistência social propicia uma aproximação com a comunidade, com a população usuária. Para além dessa aproximação os assistentes sociais têm a possibilidade de pensar sua intervenção a partir de um dado território. É preciso aprofundar o conceito de territorialidade, pensando-o como o espaço sócio territorial, que apresenta diferentes dimensões destacadas nas relações de produção e reprodução da classe trabalhadora que ali estão referenciadas. É nesse espaço sócio territorial que se situa a rede socioassistencial, estabelecida pelo SUAS, que é percebida pelos assistentes sociais como um componente importante ao seu exercício profissional, pois servem de suporte propiciando a sustentação ao exercício profissional.

Assim, o exercício profissional com base no território pode romper com a fragmentação das políticas. Porém requer a ruptura com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas pela segmentação, fragmentação e focalização, e olhar para a realidade considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada com a rede de serviços e demais políticas (PNAS, 2004).

No item a seguir apresentaremos alguns dados sociodemográficos das famílias atendidas pelo Serviço Social no Programa.

### **2.3 - Caracterização das famílias atendidas no PCQV**

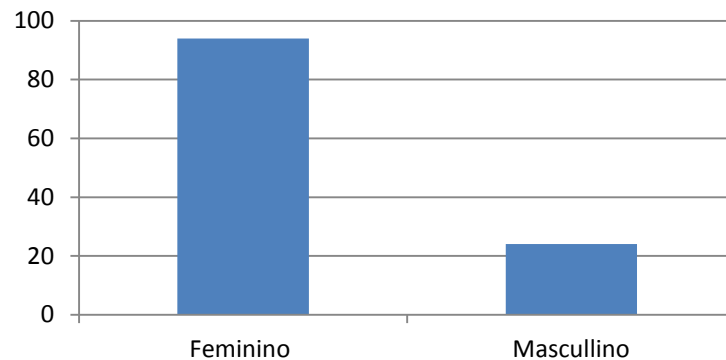
Neste item caracterizaremos as famílias e as crianças e adolescentes atendidas pelo Serviço Social no Programa “Campeões nas Quadras e na Vida”, cujos dados foram obtidos através da coleta de informações no sistema da FUCAS - Gestor Social, no mês de abril de 2016.

Verificou-se que eram 156 (cento e cinquenta e seis) crianças e adolescentes dos matriculados ativos no exercício 2016, e 118 (cento e dezoito) responsáveis cadastrados. Portanto, constatou-se que no caso de oito crianças ou adolescentes as famílias não estão cadastradas no sistema, e os demais (noventa e sete) estão regularmente cadastrados como estudantes no exercício de 2016.

Inicialmente apresentaremos dados relacionados ao principal responsável da família dos adolescentes e crianças que participam do Programa, como sexo, estado civil, grau de escolaridade, idade, ocupação profissional, renda familiar, condições de moradia, dentre outras. Estas informações, embora não permitam captar as dinâmicas familiares, ainda assim possibilitam conhecer um pouco melhor as famílias e alguns aspectos de sua realidade social.

Em relação ao sexo do principal responsável pelos acolhidos no programa verifica-se que dos 118 (cento e dezoito) cadastrados 94 (80%) são do sexo feminino e 24 (20%) são do sexo masculino. Como era de se esperar a maioria dos responsáveis são do sexo feminino – mães, avós ou tias, haja vista que no cotidiano do estágio supervisionado em Serviço Social, observava-se a presença mais significativa das mulheres nas atividades realizadas pelo PCQV, como, por exemplo, nas reuniões e na inscrição das crianças e adolescentes no programa. Esse aspecto reforça a constatação de estudiosos quando afirmam que a mulher ainda é a principal responsável pelo cuidado dos filhos e da família. Os poucos casos do sexo masculino cadastrados enquanto responsáveis, decorrem, em geral, de impedimentos da mulher na realização da inscrição relacionados a inserção no mercado de trabalho, situação de doença, cuidado de outros integrantes da família ou quando o homem adota filhos sem ter cônjuge.

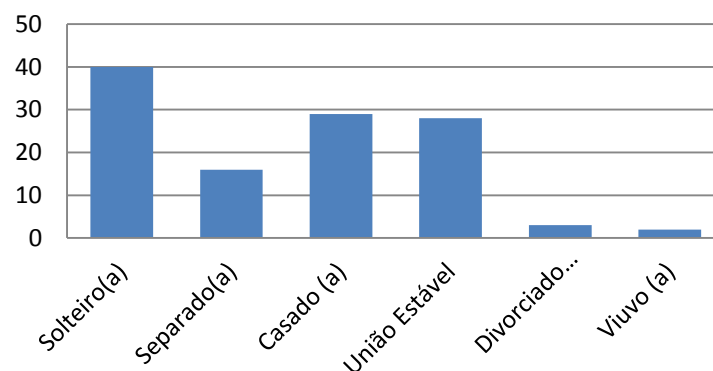
Gráfico 1- Sexo da pessoa responsável



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

No que se refere ao estado civil do principal responsável (Gráfico 2) percebe-se a proporcionalidade entre casados e uniões estáveis, além de um número bastante significativo em relação aos solteiros, pois somado ao número de divorciados, viúvos e separados correspondem a 51% das famílias atendidas. Observa-se que muitas das famílias são de arranjos monoparentais, ou seja, conta assim com apenas um responsável para provisão e cuidado de seus membros. Dessa forma, associando-se ao indicador sexo, constata-se que a mulher acumula diretamente as funções de provedora e de cuidadora.

Gráfico 2 - Estado civil do principal responsável



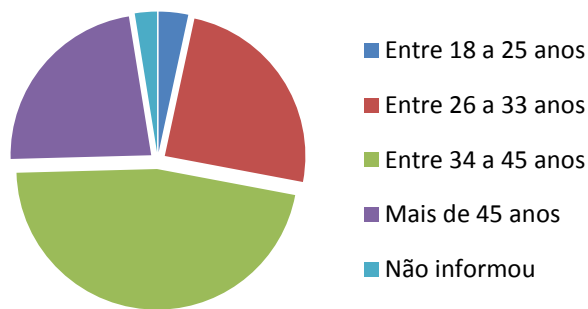
Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Em síntese, destacam-se os arranjos de famílias monoparentais de chefia feminina, ou seja, compostas por mãe e filhos. No senso comum, este formato de família aparece associado à ideia de “desestruturada” ou “incompleta”, porém atualmente os estudos acadêmicos a classificaram como “famílias chefiadas por mulheres”. Apesar dessa definição reconhecer a autonomia das mulheres, observa-

se a dupla responsabilização que a mulher tem em prover o sustento, cuidar, educar e assistir seus filhos, sozinha ou com a ajuda da rede primária de proteção. Segundo Alves e Cavenaghi (2012, p.26), nas décadas recentes “o arranjo que apresentou grande crescimento foi o monoparental feminino, ou seja, o arranjo de mães (solteiras, separadas ou viúvas) com filhos passou de 11,5% em 1980 para 15,3% em 2010”.

Quanto à faixa etária do principal responsável, o Gráfico 3 evidencia que a maioria (47%) possui idade entre 34 a 45 anos, 25% entre 26 a 33 anos, 23% com mais de 45 anos, 3% entre 18 a 25 anos, e outros 3% não informaram. Trata-se, em certa medida, de famílias cujos pais e ou responsáveis são adultos relativamente jovens.

Gráfico 3 - Faixa etária do principal responsável

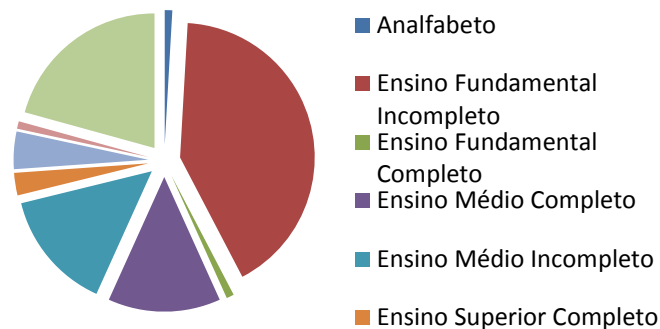


Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Em relação ao grau de escolaridade dos responsáveis, o Gráfico 4 mostra que uma grande parcela possui o ensino fundamental incompleto (41%), embora 21% não tenham informado este dado. Os responsáveis que atingiram o nível médio completo e incompleto correspondem a apenas 14% dos cadastrados.



Gráfico 4 - Grau de escolaridade do principal responsável

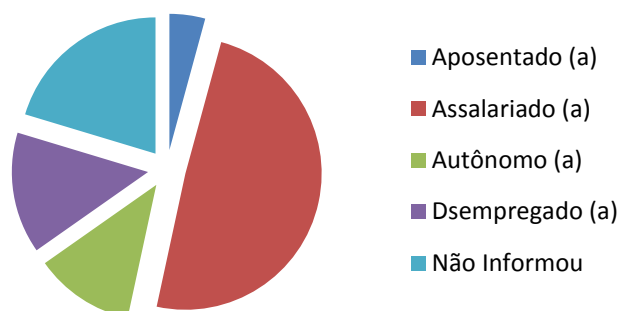


Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Assim, considerando-se as exigências do mercado de trabalho, sobretudo no mercado formal, podem-se entender as dificuldades que algumas famílias enfrentam no acesso às oportunidades de uma ocupação de melhor qualidade, conforme se constata no Gráfico 6. Portanto, apesar de a educação ser um direito fundamental garantido na Constituição Federal de 1988, onde figura como direito de todos e dever do Estado, seu alcance ainda é bastante limitado para a maior parte das famílias acompanhadas pelo Programa.

No que diz respeito à situação no mercado de trabalho, o Gráfico 5 mostra que dos 118 responsáveis cadastrados, 58 são assalariados, 24 não informaram, 17 estão em situação de desemprego, 14 são autônomos e 5 estão aposentados.

Gráfico 5 - Situação do principal responsável no mercado de trabalho



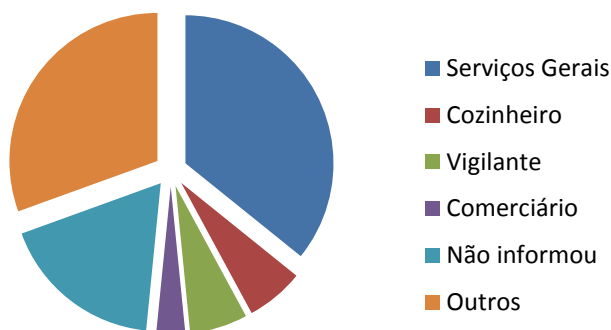
Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Apesar do maior índice de responsáveis pela família ser assalariada, em geral desempenham funções que exigem pouca qualificação profissional. Além disso,

observa-se que aqueles que exercem alguma ocupação, em sua maioria, não possuem vínculo empregatício e desempenham funções não qualificadas, ou seja, estão em situação de informalidade, sem carteira de trabalho assinada e sem proteção da política de previdência social. Isso revela a necessidade de políticas públicas direcionadas à educação de jovens e adultos, assim como à geração de empregos e renda, principalmente a essa parcela da população.

O Gráfico 6 ilustra a profissão ou ocupação do principal responsável pela família. Como se observa 36% realizam serviços gerais, 31% trabalham como pedreiro, frentista, enfermeiro, comerciante, telefonista, 6% são cozinheiro e vigilante, 3% comerciário e 18% não informaram. Como verificado no Gráfico 4, o grau de escolaridade dos responsáveis colabora para a inserção no mercado de trabalho tendencialmente em trabalhos pouco valorizados, em funções mal remuneradas, ocupações inferiores na hierarquia do mundo do trabalho, decorrentes também da baixa escolaridade e fragilidade da formação educacional.

Gráfico 6 - Ocupação no mercado de trabalho do responsável principal



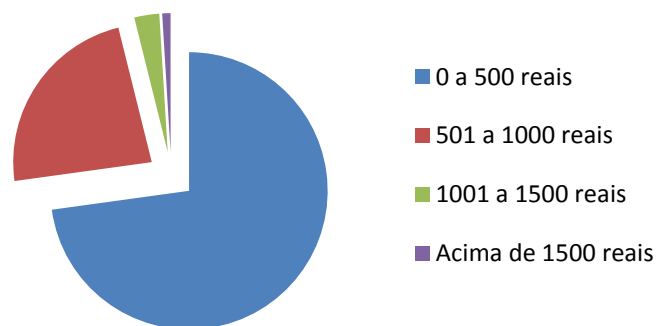
Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Em relação à renda per capita<sup>5</sup> por família, o Gráfico 7 mostra que 73% das famílias atendidas recebem uma renda média de até R\$500,00 (quinhentos) reais e apenas 23% possuem uma renda mensal entre R\$500,00 a R\$1001,000 (mil e um) reais. Podemos observar que a maioria das famílias possui uma renda mensal inferior a um salário mínimo, isso mostra que as famílias são afetadas pela

<sup>5</sup> A renda familiar per capita, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (2013), é a divisão do rendimento mensal familiar pelo número de componentes da família, ou seja, é a soma total da renda bruta no mês de todos os indivíduos que compõem a família, dividida pelo número de seus integrantes.

insuficiência de renda para sobrevivência, precarização do trabalho, trabalhadores em condições de pobreza, ou seja, ressaltam as desigualdades sociais persistentes no mundo do trabalho. A Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 7º que o salário mínimo tem que atender as necessidades básicas da família como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, no entanto, apesar desse direito como os dados apontam, ainda não é o que se apresenta no cotidiano das famílias atendidas no Programa.

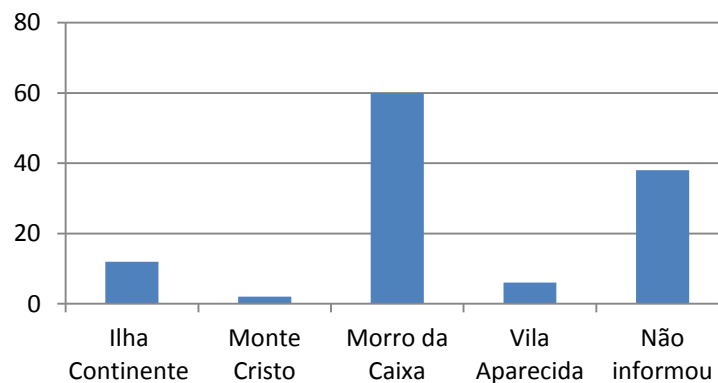
Gráfico 7 - Renda familiar *per capita* das famílias



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Em relação ao bairro que residem, o Gráfico 8 mostra que das 118 famílias atendidas pelo Serviço Social, 60 famílias pertencem a comunidade do Morro da Caixa, 38 não informaram, 12 residem na comunidade Jardim Ilha Continente, 06 na Vila Aparecida e apenas 02 famílias residem na de Monte Cristo.

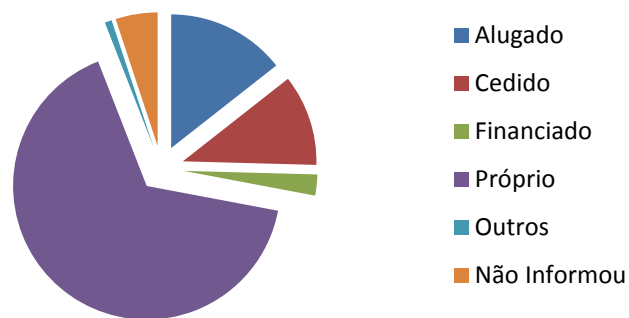
Gráfico 8 - Comunidades de Florianópolis onde moram as famílias



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Considerando o Gráfico 9, que apresenta a situação do imóvel, verificamos que 66% das famílias possuem casa própria, o que aparentemente pode levar a conclusões precipitadas, pois em visitas domiciliares realizadas no campo de estágio observa-se a precariedade na construção dessas residências (cômodos pequenos, vidros quebrados ou inexistentes, telhados com vazamentos, dentre outras). Em relação às demais, 14% são casas alugadas e 11% cedidas.

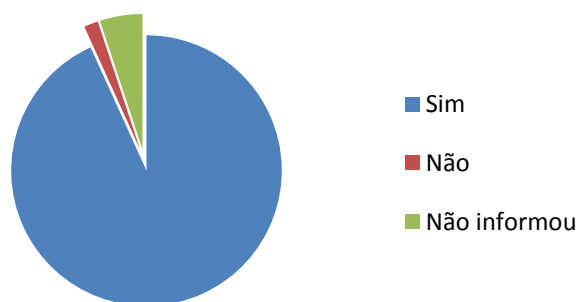
Gráfico 9 - Situação do imóvel da família



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

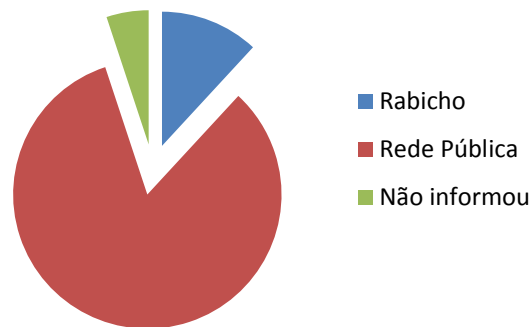
Os gráficos 10, 11 e 12 indicam alguns aspectos das condições de infraestrutura dessas residências:

Gráfico 10 - Serviço de coleta de lixo acessado pela família



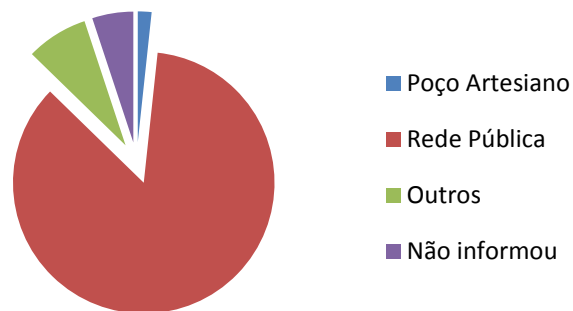
Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Gráfico 11- Serviço de energia elétrica acessada pelas famílias



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Gráfico 12- Serviço de água tratado acessado pelas famílias



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Conforme esses dados há nessas comunidades a coleta do lixo (Gráfico 10), serviço de energia (Gráfico 11) e serviço de água (Gráfico 12), sendo água tratada e energia elétrica os serviços disponibilizados e mais “facilmente” acessados pelos moradores. Quanto à coleta do lixo, 93% contam com serviço municipal de recolhimento e apenas 2% não possuem, ou seja, utilizam formas rudimentares para o destino do lixo (queima e a céu aberto). Todavia, na comunidade em que reside a maior parte das famílias atendidas (Morro da Caixa), observam-se dificuldades das famílias em relação à coleta de lixo. O acesso às residências é feito por ruas estreitas e como o veículo utilizado pela empresa pública que coleta os resíduos na cidade tem tamanho padrão, incompatível com as ruelas dessas comunidades, não alcança todos os lugares, e, desta forma, cabe às famílias carregar e depositar o lixo num “papa entulho” localizado na avenida principal da comunidade. Observa-se assim a necessidade de política urbana no município de Florianópolis que incluam

essas particularidades e responda aos problemas de infraestrutura vivenciados pelas famílias, garantindo-lhes o direito a serviços básicos de qualidade.

Em relação ao tipo de iluminação, 83% das casas possuem relógio próprio e apenas 12% utilizam rabicho. Por fim, 86% das casas contam com o abastecimento de água pela rede pública e apenas 2% utilizam poço artesiano.

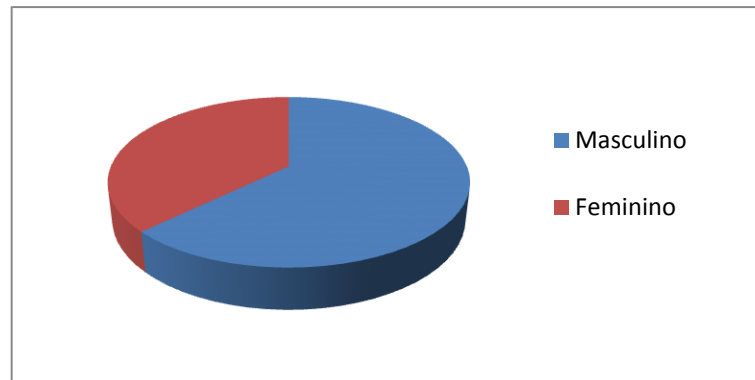
Esses dados quantitativos mostram que a maior parte dessas famílias possui acesso ao fornecimento de alguns dos principais serviços de infraestrutura urbana, mas, compreendemos que não são suficientes para caracterizar as condições de moradia nessas comunidades. Pois, ao longo do período de estágio, nas visitas às famílias dessas localidades pudemos perceber outros aspectos das condições de moradia: casas com riscos de desabamento, casas insalubres, mau cheiro devido ao esgoto a céu aberto, lixo amontoado ou espalhado pelos becos e vielas, os quais afetam diretamente a saúde das pessoas que ali vivem.

Ao caracterizar as famílias atendidas pelo PCQV, observamos que os dados quantitativos não revelam a complexidade das condições e dinâmicas vividas cotidianamente pelas famílias, mas possibilitam conhecer alguns aspectos que indicam situações de vulnerabilidade social relacionadas ao ordenamento econômico, político e social desigual de nossa sociedade.

Em relação às crianças e aos adolescentes dessas famílias público-alvo de ingresso no Programa, a partir dos dados disponibilizados pela FUCAS (2016), identificamos as seguintes categorias para fins de quantificação: sexo, faixa etária, grau de escolaridade, turno escolar, motivo da inclusão no programa, instituições que realizam encaminhamentos.

Conforme o Gráfico 13 do quantitativo de crianças e adolescentes distribuídos por sexo biológico, dos 156 inscritos 58 são meninas e 98 são meninos – a maior parte das crianças e adolescentes atendidos são do sexo masculino.

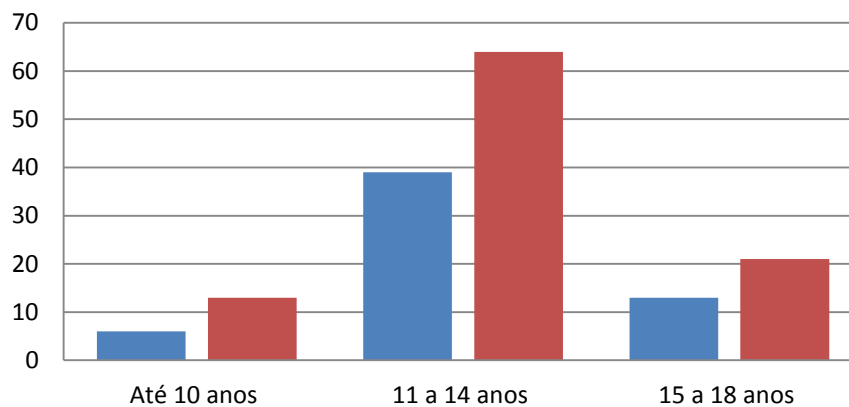
Gráfico 13 - Sexo das crianças e adolescentes das famílias atendidas



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança o indivíduo que possui até doze anos de idade incompletos e como adolescentes os indivíduos com idade entre doze e dezoito anos. Em relação à faixa etária das crianças e adolescentes acolhidos no PCQV, vejamos o Gráfico 14:

Gráfico 14 - Faixa etária das crianças e adolescentes



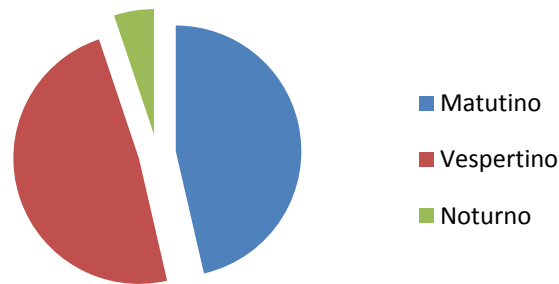
Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Diante do exposto, em relação à faixa etária compreendida entre 11 a 14 anos corresponde a 64 meninos e apenas 39 meninas. Quanto à faixa etária compreendida entre 15 a 18 anos tem-se 21 meninos e 13 meninas. No que se refere à faixa etária até anos 10 anos são 13 meninos apenas 06 meninas. Portanto, os dados revelam que predominam, para ambos os sexos, aquelas com idade entre 11 a 14 anos.

A seguir, o Gráfico 15 mostra o período que as crianças e adolescentes

frequentam a escola, bem como identificar o período em que as crianças e adolescentes frequentam o PCQV, tendo em vista que participam das atividades no contra turno da escola.

Gráfico 15 - Período escolar das crianças e adolescentes



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

De acordo com o Gráfico 15, 48% das crianças e adolescentes frequentam a escola no período vespertino, 46% no matutino e apenas 5% no período noturno. Isso significa que atualmente o Programa atende uma proporção equivalente de crianças/adolescentes no período matutino e vespertino. Em relação à situação educacional dos acolhidos, observamos a partir dos dados da Tabela 1 a correspondência entre a idade das crianças e adolescentes e a idade considerada pertinente pela política de educação.

Tabela 1 – Situação educacional das crianças e adolescentes do PCQV

| Nível de Escolaridade | Situação Escolar | Quantidade de crianças/adolescentes |
|-----------------------|------------------|-------------------------------------|
| Ensino Fundamental    | Quarto Ano       | 8                                   |
|                       | Quinto Ano       | 7                                   |
|                       | Sexto Ano        | 22                                  |
|                       | Sétimo Ano       | 29                                  |
|                       | Oitavo Ano       | 12                                  |
|                       | Nono Ano         | 6                                   |
| Ensino Médio          | Primeiro ano     | 5                                   |
|                       | Segundo Ano      | 2                                   |
|                       | Terceiro Ano     | 2                                   |
| Não informaram        | X                | 4                                   |

Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.



Sendo assim, observamos através do Gráfico 16 que 84% das crianças e adolescentes estão cursando o ensino fundamental e apenas 9% o ensino médio. Isso significa que as crianças e adolescentes na faixa etária predominante (de 11 a 14 anos, conforme o Gráfico 14), estão frequentando as séries de acordo com a equivalência educacional do Ministério da Educação (MEC), porém constatamos que na faixa etária entre 15 a 18 anos ocorre um atraso escolar entre os adolescentes acolhidos. Nessa fase muitos adolescentes não acham a escola atraente, consideram como um espaço normativo, com regras rígidas e por isso passam a se afastar do convívio escolar. Observa-se que o atraso escolar não é devido à falta de interesse ou repetência dos adolescentes na escola, mas diz respeito também a outras questões, como por exemplo, o envolvimento com o tráfico de drogas.

Gráfico 16 - Nível de escolaridade



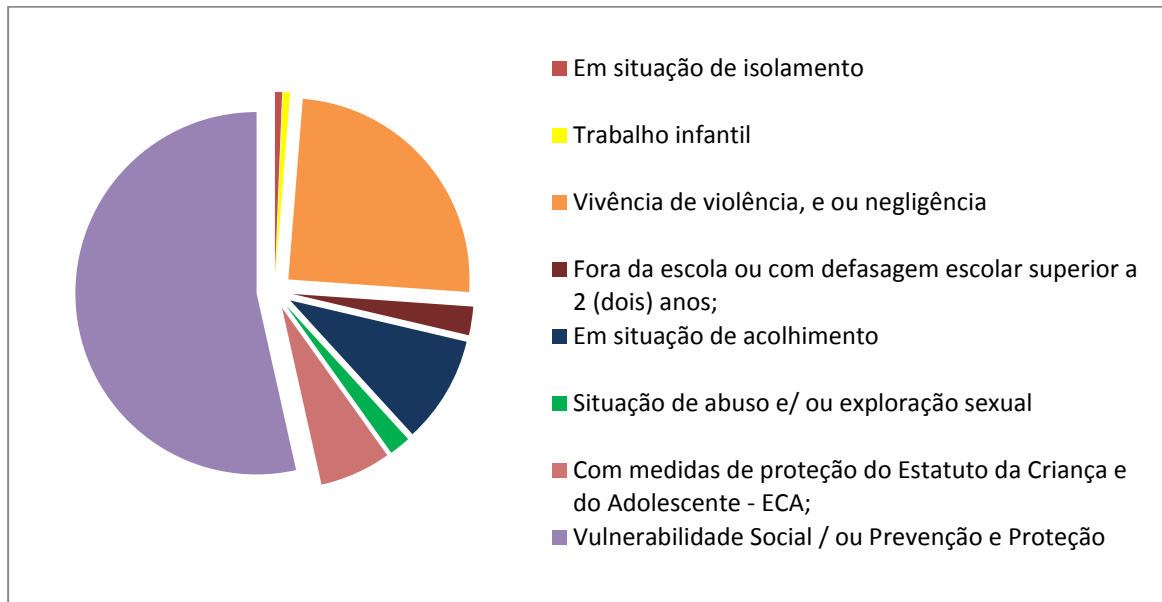
Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

Os gráficos a seguir se referem à pesquisa realizada pela autora no campo de estágio. O levantamento das informações foram com base nos inscritos do Programa, assim 67 sujeitos estavam matriculados no período matutino e 69 sujeitos estavam matriculados no período vespertino, totalizando 136 sujeitos pesquisados. Desse modo, é importante observar que alguns estão inclusos como prioritários em mais de uma categoria, totalizando assim 157 situações encontradas como prioritárias.

Sendo assim, a partir da pesquisa em dossiês e análise dos relatórios realizados pelo Serviço Social foi possível identificar os motivos pelos quais as crianças e adolescentes inscritos no Programa foram acolhidas. O levantamento de informações foi realizado de acordo com as categorias dispostas no art. 3º da Resolução 001/2013, do Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, que define

as situações entendidas como prioritárias<sup>6</sup> para inclusão no Serviço Convivência Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Assim, conforme o Gráfico 17 a seguir pode-se visualizar:

Gráfico 17 - Motivos da inserção no PCQV



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

O Gráfico 17 destaca que a maioria das crianças e dos adolescentes inscritos no PCQV nesse período foram integrados devido à situação de vulnerabilidade social e/ou prevenção e proteção com 53%. Os dados evidenciam a vulnerabilidade social na infância e na adolescência da maioria dos atendidos do programa.

De acordo com Pereira (2010, p. 1):

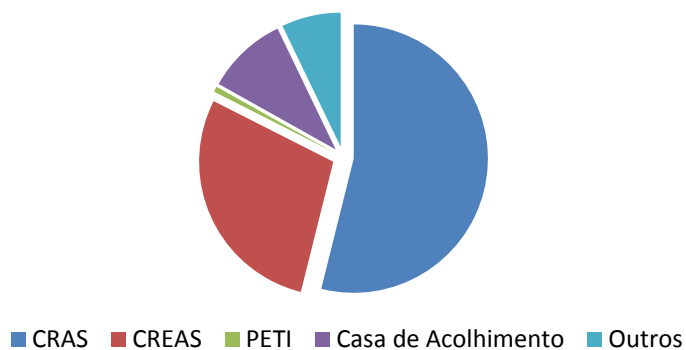
As crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social vivem as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura (...). Estas situações repousam principalmente sobre os fenômenos de vulnerabilidade social, ruptura e crise identitária pelos quais passa a sociedade, ou seja, estão relacionadas ao enfraquecimento das redes sociais e, portanto, a um forte sentimento de solidão e vazio de existência.

<sup>6</sup> I - em situação de isolamento; II - trabalho infantil; III - vivência de violência e, ou negligência; IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V - em situação de acolhimento; VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - egressos de medidas socioeducativas; VIII - situação de abuso e/ ou exploração sexual; IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; X - crianças e adolescentes em situação de rua; XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (CNAS, 2013, p.2).

O Programa não possui crianças ou adolescentes integrados devido às seguintes situações: em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; egressos de medidas socioeducativa; crianças e adolescentes em situação de rua; vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Essas informações coletadas também possibilitaram identificar as instituições que acompanham e encaminham as crianças ou adolescentes para inclusão no Programa. No Gráfico 18 visualizamos as instituições que mais realizam encaminhamentos:

Gráfico 18 - Instituições que realizaram o encaminhamento



Fonte dos dados: FUCAS, 2016; elaboração da autora.

O Gráfico 18 evidencia que o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é a instituição que mais realiza encaminhamentos com 54%; em seguida aparece o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS com 28% dos encaminhamentos; 10% são da casa de acolhimento e 7% dos inscritos são encaminhados por outras instituições, como as organizações não governamentais.

Nesse sentido, para garantia do acesso dessas crianças e adolescentes em situação de risco social aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos é necessária a intervenção de uma rede de serviços, programas e projetos que atendam as suas necessidades e demandas. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no artigo 19, em relação à convivência familiar e comunitária afirma que “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”

(BRASIL, 1990).

#### **2.4 - O trabalho social com as famílias no PCQV**

Diante dos elementos abordados na sessão anterior, serão apresentadas algumas questões referentes ao direcionamento do trabalho com as famílias atendidas pelo Serviço Social no PCQV da FUCAS, que no âmbito da política de assistência social trabalha na perspectiva da garantia e proteção social básica como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O Programa prioriza o atendimento das crianças e adolescentes, mas contempla também suas famílias e os moradores das comunidades do entorno. Oferece atividades que vislumbram o exercício da cidadania, tendo em vista a formação de sujeitos autônomos, que exerçam a sua criticidade a respeito da realidade vivenciada, tornando-os capazes de reivindicar seus direitos por meio de órgãos que promovam o controle social. Para subsidiar o atendimento dos acolhidos, o PCQV conta com uma equipe de profissionais formada por educadores sociais, especializados nas áreas de cada oficina oferecida dentro dos projetos, assim como tem o apoio da equipe de serviços, constituída pelos profissionais de Serviço Social, Pedagogia e Psicologia (FEUBACH, 2015).

Segundo Feubach (2015) o papel do assistente social no Programa é esclarecer e orientar os usuários acerca dos seus direitos e deveres, no entanto o esclarecimento não está apenas na questão legal inscrita na Lei, mas também na garantia de que as práticas sociais de fato ocorram. Cabe ao profissional contribuir para empoderar os sujeitos de modo que entendam as relações sociais e suas contradições, que se reconheçam como sujeitos legítimos, com interesses sociais, culturais e econômicos próprios.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância de vislumbrar o trabalho social realizado pelas assistentes sociais do Programa com as famílias atendidas. Considerando importante mencionar que para haver uma intervenção eficaz, diante as demandas, é necessário conhecer as relações intra e extra familiares dos acolhidos, numa dimensão de totalidade, tendo em vista o reconhecimento dos limites dados pela realidade de atuação e o exercício profissional comprometido com as prerrogativas da profissão.

A intervenção inicial com as famílias se dá por meio do acolhimento e

acompanhamento das crianças e adolescentes inscritas no PCQV e suas respectivas famílias. O Serviço Social tem o primeiro contato com um dos responsáveis legais dos assistidos, no ato da inscrição, quando este procura a Instituição ou vem de encaminhamento realizado por outras instituições/serviços (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar).

Nesse processo da inscrição as assistentes sociais realizam entrevista e análise socioeconômica com a família, buscando construir um diálogo diante da situações apresentadas, referente às dinâmicas familiares e demandas existentes. Bem como, busca-se conhecer as questões que permeiam o arranjo familiar, a realidade vivenciada pelas famílias, suas particularidades e potencialidades, relações existentes, como as de parentalidade, conjugalidade, autoridade, poder, cuidado, dentre outras. Assim, no que diz respeito ao trabalho com as famílias busca-se:

- Conhecer a realidade social vivenciada por cada uma das famílias, que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio do trabalho de acolhimento e acompanhamento das crianças e adolescentes inscritas no PCQV.
- Mediar os conflitos vividos que impedem o convívio familiar e social.
- Fortalecer os vínculos comunitários e familiares entre os atendidos.
- Refletir conjuntamente com a equipe multidisciplinar sobre as questões referentes à moradia, educação, saúde, lazer, e demais serviços.
- Realizar encaminhamentos à rede socioassistencial, bem como a inclusão em programas redistributivos de renda.
- Realizar intervenções para a emancipação e a autonomia das famílias.
- Planejar as ações condizentes as necessidades postas pelas famílias.

Dessa forma, o trabalho social com as famílias embasa-se de acordo com os arranjos familiares, valores e crenças das famílias, assim como na perspectiva de garantia do acesso a benefícios, programas e serviços e no combate a todas as formas de violência e discriminação.

Podemos observar que as ações de intervenção profissional se inserem nos três eixos propostos por Miotto (1994, 2010): político-organizativo, de planejamento e gestão, e socioassistencial. O eixo político-organizativo se dá por meio da participação das assistentes sociais em conselhos de direito, como no Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. O eixo de planejamento e gestão aparece na elaboração de projetos, seminários e capacitações para os profissionais, voltados à integração da equipe de trabalho que atua no Programa; na organização da documentação administrativa do Serviço Social referente a relatórios e relatos de atendimentos realizados com os acolhidos e suas famílias; como também parceiras com outras instituições para campanhas alternativas de alimentos, roupas, brinquedos, etc. Por último, no que diz respeito ao eixo socioassistenciais a intervenção é voltada para o atendimento direto e imediato aos usuários, em especial as crianças, adolescentes e suas famílias e segmentos vulneráveis; as ações ocorrem cotidianamente no contexto institucional.

As intervenções ocorrem através de atendimento direto às famílias por meio também de ações imediatas. Nos atendimentos diretos, as ações estão direcionadas no campo da identificação do grupo familiar, da dinâmica que ele se insere e da análise e levantamento das situações apresentadas – como a violação de direitos, condições habitacionais, emprego, renda e saúde – para que possam construir novas possibilidades de mudanças e emancipação desses indivíduos. As ações imediatas são as demandas que necessitam de intervenções urgentes, ou seja, que visam atender situações emergenciais como, por exemplo, uma situação que, enquanto estagiária de serviço social da Instituição, presenciei, num atendimento com a supervisora de campo, em que a casa de uma família havia pegado fogo e os sujeitos perderam todos os seus pertences. A intervenção realizada pela assistente social foi o contato com família para definir as necessidades primárias, bem como contatou o serviço de alta complexidade da PMF para providenciar o benefício emergencial de aluguel social e abrigo imediato para os sujeitos, e por último, contatou outras instituições para angariar doação de roupas, alimentos e materiais de higiene, que foram entregues à família em visita domiciliar.

Nesse sentido, devido às situações complexas encontradas ao longo do trabalho com as famílias necessita a articulação com outros serviços, como da rede socioassistencial (CRAS, CREAS) e da equipe interdisciplinar do Programa, para o empoderamento das famílias. Portanto, o trabalho realizado com as famílias se articula na lógica de empoderar e fortalecer os vínculos, construindo alternativas e possibilidades diante das situações vividas. Conforme Souza e Moreira (2009, p.2):

[...] no processo de empoderamento se faz necessário a mediação de gentes externos que contribuam no fortalecimento dos sujeitos, é nossa intenção apreender como o papel desses profissionais é importante para que as famílias sejam fortalecidas e, ainda, como a rede sócio-assistencial passa a ser relevante no atendimento das famílias.

Assim, o trabalho realizado com a rede de serviços deve ter uma expressiva contribuição para emancipação e autonomia das famílias. A partir disso, observa-se que alguns encaminhamentos realizados para os demais setores são confundidos como uma transferência de responsabilidade que torna o serviço insuficiente e burocrático, por isso os encaminhamentos efetuados devem ter a perspectiva da garantia dos direitos e busca de uma solução para os problemas e situações vivenciadas pelos sujeitos.

As ações que compõe o trabalho com as famílias são: acolhida; reuniões; oficinas; ações nas comunidades como, por exemplo, grupo de gestantes, idosos e demais demandas que possam surgir nas comunidades atendidas; ações particularizadas; encaminhamentos para a rede socioassistencial (CRAS, CREAS, CAPSi, Conselho Tutelar, dentre outros); planejar e realizar atividades socioeducativas de grupos e indivíduos (gestantes, crianças e adolescentes); palestras preventivas e educativas voltadas as questões sociais e temáticas de interesse dos atendidos; realizar estudos sociais para fundamentar os casos atendidos; realizar visitas domiciliares: tal instrumento tem a finalidade de aproximar o Assistente Social da realidade das crianças e adolescentes assistidas pelo Programa. Sendo esta intervenção feita em casos de faltas frequentes as atividades, bem como em situações que precisam ser averiguadas para a realização de determinadas intervenções sociais; desenvolver diagnósticos, pareceres e laudos sociais entre outros.

As oficinas com as famílias acontecem quando o profissional identifica alguma situação e leva para discussão com os sujeitos. Por exemplo, foram realizadas oficinas com as famílias sobre alimentação saudável, devido às diversas situações de saúde apresentadas pelas crianças e adolescentes, e palestras sobre violência contra mulher, devido às diversas demandas identificadas em atendimentos. Assim, através destas intervenções, tem-se a possibilidade de construir junto com os sujeitos novas formas e estratégias para enfrentar e superar as múltiplas situações de vulnerabilidades vivenciadas.

Nesse contexto, considerando a lei de regulamentação da profissão (Lei nº.

8.6662, de 07/06/93) e a especificidade do trabalho do assistente social, Costa (2013, p.13) destaca as competências fundamentais para atuação do assistente social em organizações de terceiro setor:

Implantar, no âmbito institucional, a Política de Assistência Social conforme as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/93) e Sistema Único da Assistência Social (SUAS/04), de acordo com a área e o segmento atendido pela instituição; Subsidiar e auxiliar a administração da instituição na elaboração, execução e avaliação do Plano Gestor Institucional, tendo como referência o processo de planejamento estratégico para organizações do terceiro setor; Desenvolver pesquisas junto aos usuários da instituição, definindo o perfil social desta população, obtendo dados para a implantação de projetos sociais, interdisciplinares; Identificar, continuamente, necessidades individuais e coletivas, apresentadas pelos segmentos que integram a instituição, na perspectiva do atendimento social e da garantia de seus direitos, implantando e administrando benefícios sociais; Estender o atendimento social às famílias dos usuários da instituição, com projetos específicos e formulados a partir de diagnósticos preliminares; Fornecer orientação social e fazer encaminhamentos da população usuária aos recursos da comunidade, integrando e utilizando-se da rede de serviços socioassistenciais; Participar, coordenar e assessorar estudos e discussões de casos com a equipe técnica, relacionados à política de atendimento institucional e nos assuntos concernentes à política de Assistência Social.

As instituições de terceiro setor, em geral, foram caracterizadas por práticas assistencialistas e filantrópicas, as quais comprometem a compreensão do trabalho do assistente social que se contrapõe a esta perspectiva, ou seja, daqueles profissionais que se pautam numa visão crítica da realidade e dos problemas sociais, bem como fundamentam suas práticas na defesa de direitos de cidadania. Percebe-se que o trabalho com as famílias se efetiva de diferentes formas em diferentes espaços, cabendo ao profissional o alcance de um trabalho diferenciado daquele que sempre marcou a história.

Assim, a atuação do profissional de Serviço Social nessa área deve ter em vista as atribuições profissionais e o caráter técnico e profissional que os serviços prestados por esse setor necessitam assumir diante das expressões da questão social. Segundo Sousa (2006, p.121) “é fundamental que o profissional tenha um posicionamento frente as questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social de sua prática”.

Por fim, compete aos profissionais que atuam nas ONGS e que tem como público-alvo crianças e adolescentes, compreender a importância do trabalho com as famílias, pois entende-se que a partir do contexto familiar que se consegue de fato intervir e garantir os direitos sociais do público atendido, sendo assim as ações



profissionais precisam, constantemente, ser repensadas e reconstruídas para que o trabalho com as crianças/adolescentes e suas famílias não se pautem apenas no atendimento direto ou indireto, mas que fortaleça os vínculos comunitários e familiares.

Veremos a seguir as percepções que as famílias têm acerca do trabalho do assistente social no Programa, a fim de contribuir para nossas reflexões sobre o trabalho social com famílias. Para identificar as percepções das famílias acerca do trabalho do assistente social foram entrevistadas cinco famílias dos 118 respectivos responsáveis inscritos no exercício de 2016. Para realização desta pesquisa exploratória foram escolhidas famílias que são acompanhadas pelas assistentes sociais do Programa por mais de um ano.

Os atendimentos consistem na escuta qualificada, na identificação da demanda apresentada pelo usuário e a socialização de informações pertinentes. O foco dos atendimentos incide na potencialização do protagonismo dos sujeitos, que perpassam pelas demandas advindas da questão social e suas expressões. Assim, tem-se como princípio básico, a busca pela efetivação dos direitos sociais garantidos por lei as classes trabalhadoras e subalternas, bem como o acesso à rede de atendimento de políticas públicas.

Dos atendimentos prestados de agosto de 2015 a junho de 2016, período da realização de estágio, foram registrados 1.670 atendimentos com as crianças e adolescentes, 135 encaminhamentos aos serviços de psicologia, pedagogia do Programa, 328 atendimentos as famílias e as comunidades, 46 encaminhamentos a rede socioassistencial, e 109 encaminhamentos recebidos, dentre eles dos educadores sociais dos projetos do programa, dos serviços (psicologia e pedagogia) do programa e da rede socioassistencial (CRAS, CREAS, conselho tutelar etc).

Desse modo, as informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e não será divulgada a identidade das pessoas entrevistadas, visando assegurar o sigilo sobre as situações presentes nas famílias como: vulnerabilidade social, negligência, violência doméstica, emprego, saúde, moradia, renda entre outros. Assim, as pessoas entrevistadas assinaram um Termo Consentimento Livre e Esclarecido<sup>7</sup>, tendo em vista a clareza do objetivo de sua participação. Os entrevistados serão caracterizados a seguir como: "participante 1", "participante 2",

<sup>7</sup> Termo anexado no final do trabalho.

"participante 3", "participante 4" e "participante 5".

Participante 1: tem 54 anos, possui curso técnico em administração, reside com uma pessoa que considera companheiro, trabalha como diarista, não é beneficiária do programa bolsa família, possui 02 netos, que tem a guarda provisória, tem 2 filhos já casados, é acompanhada pela assistente social do Programa a 1 ano e 2 meses; é responsável por prover o sustento da família.

Participante 2: tem 25 anos, possui ensino médio completo, casada há 10 anos, possui 1 filha, adotou 04 sobrinhos que possui a guarda provisória, não é beneficiária do programa bolsa família, trabalha como caixa em uma loja; é acompanhada pela assistente social do programa a 2 anos; divide as despesas da família e o cuidado dos filhos com seu esposo.

Participante 3: tem 38 anos, solteira, tem 02 filhos, possui ensino fundamental incompleto, é auxiliar de serviços gerais, já foi beneficiada pelo programa bolsa família e atualmente não é mais; é acompanhada pela assistente social do programa há 1 ano.

Participante 4: tem 46 anos, solteira, possui ensino superior em enfermagem, tem 01 filho e trabalha como enfermeira em uma unidade básica de saúde; não é beneficiada pelo programa bolsa família; é acompanhada pela assistente social do programa há 2 anos.

Participante 5: tem 60 anos, solteiro, possui ensino fundamental incompleto, trabalha de frentista em posto de gasolina, tem 01 filho e não é beneficiado pelo programa bolsa família; é acompanhado pela assistente social do programa há 3 anos.

As famílias ao serem questionadas sobre o entendimento em relação à instituição consideram-na uma instituição boa, que ajuda e dá uma direção na vida das crianças e adolescentes. De acordo com as falas:

*“Deveria existir mais FUCAS, porque a instituição dá uma amplitude na vida social, ajuda no processo da infância para adolescência, previne em relação às drogas, da segurança, e atenção. Vejo que os profissionais da FUCAS eles dão muita atenção, isso vai ajudar na relação dentro de casa, nos conflitos da casa, acho importante por isso porque já fui atendida em outras instituições, mas não me deram atenção”* (Participante 1).

*“A instituição pra mim não tenho o que reclamar, eu fui uma das primeiras a participar desse projeto, assim que lançaram a FUCAS, que na época era Fundação CASAN eu fui um das primeiras a participar, e desde aquele momento foi encaminhado para o emprego, eu tinha 16 anos e agora já tenho 25 e tive aquele suporte. A FUCAS sempre foi bem participativa na*

*vida da gente e da comunidade, pois sempre estão fazendo pesquisas e tirando fotos, acho que eles exercem muito bem os serviços deles. Pra mim o projeto é excelente porque as crianças e mesmos os meus filhos eles não estão na rua ou perdidos por aí” (Participante 2).*

*“O trabalho é muito bom, todas as vezes que eu precisei da FUCAS, ela me ajudou, me apoiou então pra mim o programa realiza seus serviços de forma excelente, não tenho o que reclamar, porque meus filhos estão aqui e são bem cuidados, fazem várias atividades... acho ótimo porque assim eles não ficam na rua o tempo todo” (Participante 3).*

*“A dinâmica do trabalho da FUCAS, assim como envolve várias faixas etárias pra diversidade do trabalho foi algo que me chamou atenção, essa parte do exercício posterior à aula, essas questões de agregação dos profissionais seja enquanto parte da pedagogia, do serviço social ou dos educadores é algo diferente que a instituição traz. Acho interessante porque eles também levam atividades para o externo da FUCAS, mostrando novos horizontes, até mesmo para as crianças entenderem que o núcleo deles não é mínimo” (Participante 4)*

*“Avalio a FUCAS como uma ótima instituição, meu filho gosta muito de participar das atividades, ele é bem atendido, vejo que tem vários profissionais ali pra atender quando ele precisa, sinto que ele é bem cuidado. Os projetos ajudam bastante para vida deles e pra criação deles” (Participante 5).*

As falas acima revelam que a maioria das famílias compreende a FUCAS pelo trabalho que os serviços (psicologia, pedagogia, serviço social) realizam no programa. Nota-se que as famílias têm como referência ao falar da instituição, a equipe multiprofissional do programa. Acredito que as famílias têm essa compreensão pelo fato da articulação que os serviços têm com as comunidades, ou seja, devido as diferentes ações realizadas nas comunidades atendidas, como divulgação de vagas, diagnóstico social com as famílias, visitas domiciliares, dentre outros.

Ao serem questionadas sobre se sabem qual é o trabalho do assistente social na instituição, dos cinco entrevistados dois responderam que “sim, sabiam” e outros três que “não sabiam, mais tinham uma noção”. Portanto, ao questionar sobre suas percepções acerca do trabalho do assistente social, os responsáveis das famílias responderam que acham algo bom, excelente, não tem o que reclamar, que dá apoio nas situações de conflito familiar, sendo importante para acompanhamento das crianças e adolescentes. Conforme as falas:

*“Eu confio muito no trabalho da assistente social, não tenho o que reclamar. Sempre fui bem atendida, elas dão apoio e são compreensivas com a gente e nossas situações. Vejo o trabalho delas como um suporte, pois eu entendo que ela me ajuda mais na verdade também vejo como meu direito, por exemplo: colocar meu neto aqui pra fazer as atividades. Considero*

*como excelente e como um trabalho que é realizado em grupo, certo! Pois, vejo tem outras profissionais que também me dão atenção e algumas orientações” (Participante 1).*

*“Pra mim em decorrência de adotar quatro sobrinhos vejo que a assistente social foi o alicerce em nossas vidas, pois foi o momento em que mais precisamos tivemos o apoio, mesmo sendo pra conversar ou pra orientar pra mim foi tudo. Porque teve momentos que deu vontade de desistir, porque é tenso esse processo, então vi que elas sempre estiveram nesses momentos, pra apoiar mesmo. Eu sempre precisei de uma assistente social, pois já tenho histórico anterior já que sou residente daqui desde criança, então já fui atendida por outras assistentes sociais. E vejo que esse apoio que elas dão não é só pra gente, mais pra muitas famílias, que eu conheço que são atendidas por elas. Por isso, mim é excelente o trabalho delas, por exemplo, quando precisamos de comida elas ligam pro CRAS pra dar aquele apoio, vejo que elas encaminham pra outros serviços, isso se torna produtivo” (Participante 2).*

*“A assistente Social pra mim trabalha muito bem, se desenvolve bem nas questões relacionadas à nossa vida, não tenho o que me queixar delas. Então elas me ajudam e me apoiam também, me encaminham nas coisas que eu preciso, orientam sobre o que fazer quando precisa sobre alguma situação, encaminham para outros serviços fora daqui, como agora, depois daquilo” (Participante 3).*

*“Vejo sempre a interação da assistente social com as demais profissionais do núcleo como um todo. Vejo que quando tem alguma situação que chama atenção dela por algum obstáculo da criança, ela vai orientar, acredito que quando as outras profissionais, ou professores citam determinados aspectos ela acaba avaliando o contexto geral, e acabam chamando os pais para que a gente juntos possamos discutir nos melhoramentos da criança. Talvez pra gente seja como algo negativo enquanto pais, mas positivo em relação à criança porque pode ser algo que amanhã pode-se destacar. A minha percepção é essa sempre que precisei, em relação à dinâmica do dia-dia dele foi a assistente social que me orientou e que interagiu com os demais profissionais pra resolver a tal situação” (Participante 4).*

*“Analiso o trabalho delas como algo muito bom, elas me ajudam... sempre que venho aqui vejo que sou bem atendido, me auxiliam nos problemas, me orientam porque às vezes a gente não sabe como fazer, né....Até hoje não vi nada de negativo no trabalho delas, e também nunca fui atendido por outra assistente social, só aqui mesmo, então não tenho do que reclamar” (Participante 5).*

Percebemos que a maioria dos entrevistados afirma entender o trabalho do assistente social na instituição, porém esta afirmação se contrapõe quando são questionados sobre suas percepções acerca desse trabalho. Na maior parte dessas falas percebe-se que as famílias se sentem acolhidas, encaminhadas e que as demandas foram atendidas, sendo assim compreendem como um serviço que lhes dá apoio quando necessitam. Desse modo, nota-se também que a ideia de cidadania está distante na falas destas famílias.

Apesar de algumas falas ao longo das entrevistas trazerem a ideia do assistencialismo, do campo da ajuda, observa-se que o trabalho realizado pela

assistente social com as famílias acompanhadas é também percebido criticamente, quando uma entrevistada em sua fala expressa: “vejo como meu direito, por exemplo: colocar meu neto aqui pra fazer as atividades”. Esta compreensão se relaciona mais apropriadamente ao cotidiano e a perspectiva do trabalho desenvolvido pelo assistente social da FUCAS, que constrói e propõe alternativas para que os usuários atendidos tenham a visão dos serviços como direitos sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso possibilitou a apropriação de reflexões e conhecimentos de alguns aspectos relativos às concepções de família e ao trabalho social com famílias no âmbito das políticas de proteção social, bem como o intento de relacioná-lo ao contexto e ao trabalho do assistente social no Programa Campões nas Quadras e na Vida da Fundação Catarinense de Assistência Social.

Vale ressaltar que, a partir dos referenciais teóricos apresentados na primeira parte do TCC, independente do tipo de instituição e da área da política social, o trabalho com famílias requer que as famílias sejam conhecidas a partir de suas dinâmicas no contexto em que está inserida, assim como as relações sociais constituídas entre família, proteção social e o Estado. E como vimos, para a sociedade brasileira, nesta relação sempre predominou a lógica familista, que considera a família como a principal responsável pelo cuidado e proteção.

A atual política de assistência social, da qual a FUCAS participa como agente executor na rede de proteção socioassistencial do município de Florianópolis, fundamenta-se na centralidade da família. Mas, conforme os questionamentos realizados por várias autoras, a forma como concebemos as famílias e suas funções diante de um conjunto de determinantes econômicos, sociais e culturais, podem representar em maior responsabilização e culpabilização das famílias.

Assim, destacamos também a necessidade fundamental de considerar a multiplicidade de arranjos e dinâmicas familiares e o lugar da família nas políticas sociais para a construção de propostas de trabalho social com famílias. Desta forma, ressaltamos mais uma vez que a família deve ser compreendida no contexto em que vive, levando em consideração esse conjunto de determinantes e, também, as permanências e mudanças de costumes, valores, concepções e práticas. Pois, de acordo com as reflexões realizadas, a família tanto reflete as mudanças sociais quanto atua sobre elas, ocupando um papel importante no movimento da sociedade.

No que se refere ao trabalho social com família na Fundação Catarinense de Assistência Social, as reflexões abordadas oportunizaram a compreensão das ações desenvolvidas pelas assistentes sociais do Programa com as famílias atendidas de

outra maneira ao considerarmos os três eixos propostos por Regina Miotto (1994, 2010, 2014). Neste sentido, a partir da experiência de estágio supervisionado e dos estudos realizados para a elaboração deste TCC, compreende-se que a intervenção profissional do Serviço Social não se restringe ao atendimento imediato de crianças, adolescentes e famílias inscritas no PCQV da FUCAS.

Ainda assim, ressaltamos que as ações socioassistenciais às famílias se desenvolvem através da interação entre os profissionais e os sujeitos atendidos no cotidiano institucional conforme os fundamentos teóricos, éticos e técnicos que as sustentam. Em contraposição as práticas tradicionais, consideramos que o trabalho profissional do assistente social no PCQV pauta-se no reconhecimento dos direitos sociais de cidadania e das contradições e conflitos sociais; que compreendem os problemas sociais vivenciados pelas famílias dessas comunidades abrangidas pelos programas da FUCAS como resultantes da organização capitalista da sociedade e da direção política do Estado na construção de políticas sociais, as quais produzem e reproduzem desigualdades e injustiças sociais.

Quando se analisa os aspectos relacionados aos requisitos fundamentais para a construção de propostas de trabalho com famílias, observa-se que as intencionalidades projetadas no PCQV estão direcionadas à promoção de mudanças nas concepções e práticas sociais tanto a partir das relações intrafamiliares, quanto das famílias com outras esferas da sociedade. Por meio da intervenção profissional, mesmo que haja limites institucionais e estruturais, os profissionais de Serviço Social têm pautado o trabalho social com as famílias das comunidades abrangidas pela FUCAS na direção da defesa dos direitos de cidadania e do acesso aos serviços e benefícios das políticas sociais, para além de critérios institucionais e burocráticos. Assim, buscam tornar transparentes as estruturas dos serviços e as dinâmicas sociais, visando o alcance dos direitos às políticas sociais, os quais, de forma geral, implicam a socialização e apropriação de informações, a partir de processos reflexivos, ainda que esses programas tenham condicionalidades.

As reflexões, ao longo deste trabalho, possibilitaram resignificar o trabalho do assistente social com famílias, o qual vai além das ações emergenciais ou imediatas. Envolve, conforme constatado, ações voltadas à promoção de serviços de proteção social que proporcionem a sustentabilidade das famílias, também a médio e longo prazo, para que se constituam em espaço de cuidado e proteção

mediante o acesso a um conjunto de serviços de diversas políticas sociais, ou seja, serviços de proteção às famílias para que possam proteger e cuidar dos seus sem culpabilizações ou sobrecarga familiar.



## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, p. 61-77, 2010.

ALENCASTRO, Marilene. Proposta Político Pedagógica NAS Morro da Caixa Programa “Campeões nas quadras e na vida”. Documento institucional da Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS). Florianópolis, 2015.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI Suzana. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. *Aparte - Inclusão Social em Debate*, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/>. Acesso em: 10/04/2016.

BIDARRA, Zelimar Soares; OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Infância e adolescência: o processo de reconhecimento e de garantia de direitos fundamentais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 90, p. 154-175, jun. 2007.

BILAC, Elisabete Dória. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola. p.43-61, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)*. Brasília-DF: MDS/SNAS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília-DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente.

\_\_\_\_\_. Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1ª Ed. Brasília: MDS, 2009.

\_\_\_\_\_. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 1 de 21 de fevereiro de 2013.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Texto para Discussão, n. 858. Brasília-DF, IPEA, 2002. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0858.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0858.pdf). Acesso em: 14/04/2016.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.17, n.2, p.109-122, 2003.

CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; TEIXEIRA, Solange Maria. A centralidade da família nas políticas sociais de atenção básica: qual projeto e direção do trabalho social com famílias? JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, V., 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: UFMA, 2011.

D'AVILA, Betina. *Análise dos aspectos da realidade social dos adolescentes inseridos no Programa Campões nas Quadras e na Vida do Núcleo de Assistência Social do Morro da Caixa da Fundação Casan*. 2013. TCC (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2013.

DAL PRÁ, Keli; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Serviços sociais e responsabilização da família: contradições da política social brasileira. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, XIII, 2012, Juiz de Fora/MG. *Anais...* Juiz de Fora, ABEPS, CFESS, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). *A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, de legislação e de assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, p.47-98, 1995.

FEUBACH, Juliane Soares; ZACCHI, Nayanna Moser. Diagnostico Social. Documento institucional da Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS). Florianópolis, 2014.

FEUBACH, Juliane Soares; ZACCHI, Nayanna Moser. Fluxograma para a contratação de estagiário (a) em Serviço Social. Documento institucional da Fundação Catarinense de Assistência Social (FUCAS). Florianópolis, 2015.

FONSECA, Claudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola. p. 69-89, 1995.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andréa. Direitos dos mais e menos humanos. Horizontes Antropológicos, v.10, p.83-121, 1999.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. Saude soc. vol.14, n.2, pp.50-59, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1963. Disponível [http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/freire\\_gilberto\\_casa\\_grande\\_senzala](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/freire_gilberto_casa_grande_senzala). Acesso: 04/05/2016.

GELINSKI, Carmen. R.; MOSER, Liliane. A família contemporânea terá condições de dar conta das demandas de proteção desenhadas nas políticas sociais? ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, XIII, 2012, Juiz de Fora/MG. *Anais...* Juiz de Fora, ABEPS, CFESS, 2012.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. *Cadernos Pagu*, Unicamp, Campinas-SP, n. 1, p. 68-110, 1993.

GOLDANI, Ana Maria. Famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 91, 1994.

GUEIROS, D.A Família e trabalho social: Intervenções no âmbito do serviço social. *Revista Katálysis*, vol.13, n1, 2010. Universidade Federal de Santa Catarina.

GONH, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 58, 1998.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-ibge. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf> Acesso em: 11/06/2016.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Mulheres são mais instruídas que homens e ampliam nível de ocupação. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?view=noticia&id=3&idnoticia=296&busca=1&t=censo-2010-mulheres-sao-mais-instruidas-que-homens-ampliam-nivel-ocupacao>. Acesso em: 15/05/2016.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KRUCZEVESKI. Lais Regina. MARIANO. Silvana Aparecida. “Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re) construção da teoria social e os estudos feministas”. In: *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, 2014.

LAJUS, Maria Luiza de Souza; NECKEL, Vanessa; NEGRI, Fabiana Luiza. “O exercício profissional do assistente social no SUAS: avanços e desafios”. In: *Núcleo de Pesquisa de Iniciação Científica: Trabalho, Organizações e Inclusão Social*. Unochapecó, 2016.

LEAL, Maria Cristina. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e bases da Educação como marcos inovadores de políticas públicas. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.147-164, 2010.

MACHADO, André Sebastião Silva. A família, instrumento de proteção social: redescoberta e culpabilização. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, III, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, CRESS-MG, 2013.

MEDEIROS, Alana Cristina Bezerra de. A centralidade da família nas políticas sociais em tempos de pluralismo de bem-estar neoliberal. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI, 2013, São Luís. *Anais...* São Luís: UFMA, 2013.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. *Texto para Discussão, n. 852*. Brasília, IPEA, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4106](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4106). Acesso em: 01/06/2016

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil - 1978 a 1998. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

MELO, Joana D'Arc Nicolau de. A concepção de família na política nacional de assistência social brasileira: no foco da criminalização da pobreza. *Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano*, Barranquilla, n. 17, p.102-137, jul./dez. 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. *Revista virtual*, nº 3, dezembro, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Considerações sobre o trabalho social com famílias: proposta para discussão*. Seminário Nacional Trabalho Social com Famílias na Política de Assistência Social. Brasília-DF: MDS-SNAS, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara; MIOTO, Regina Célia (orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, p.130-148, 2008.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e saúde mental: contribuições para reflexão sobre processos familiares. *Kalálys*, Florianópolis, n. 2, p.29-26, 1998.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social: contribuição para o debate. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.55, p.115-130, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.12, n.2, p.163-176, jan./jun. 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília-DF, MDS-SNAS, 2016.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.43-59, 2010.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2006.

MOTTA, Alda Britto da. Relações de Família dos mais idosos. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, XXIV, 2000, Caxambu. GT Família e Sociedade. *Anais Eletrônicos...* São Paulo, ANPOCS, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00>. Acesso: 05/05/2016.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. População e família brasileira: ontem e hoje. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XV, 2006, Caxambu-MG. *Anais eletrônicos...* Campinas, ABEP, p.1-24, 2006. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_47pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_47pdf). Acesso em: 04/05/2016.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Ed. UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

OLIVEIRA, Zuleica L. C. de; MIRANDA-RIBEIRO, Paula; LONGO, Luciene. Uma exploração inicial das informações sobre família no Censo Demográfico de 2010. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XVIII, 2012, Águas de Lindóia/SP, *Anais eletrônicos...*, Campinas, ABEP, p.01-18, 2012. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/site/anais.php?id=0#.V3LoRKIYE3g>. Acesso em: 04/05/2016.

PEREIRA, Potyara A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.25-42, 2010.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar, 2010.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro et al. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.105, pp.167-179. ISSN 0101-6628. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010>. Acesso em: 09/07/2016

PORRECA, Wladimir; FILHO, José Mário. Panorama histórico das transformações na dinâmica familiar na sociedade brasileira. *Serviço Social e Realidade*, Franca, n.23, 2005.

RIBEIRO, Maria Salete. *A questão da família na atualidade*. Florianópolis: IOESC, 1999.

SARTI, Cynthia. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, EDUC, p. 39-49, 1995.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. *Psicologia*, USP, São Paulo, v. 15, n. 3, p.11-28, 2004.

SARTI, Cynthia A. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed São Paulo: Cortez, 2007.

SHUCH, Patrice. *Práticas de justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p. 105-128, 2009.

SIERRA, Vania M. *Família teorias e debates*. São Paulo: Saraiva, 2011. Cap. 1 e 2, p.07-52.

SOUZA, Cristiane Gonçalves de; MOREIRA, Dircéia. Uma reflexão acerca das possibilidades de empoderamento das famílias atendidas pelo plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. 4º Seminário Nacional Estado e Políticas sociais. Unioeste, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. O Que Mudou na Família Brasileira?: da Colônia à Atualidade. *Psicol.USP*, São Paulo, v. 13, n. 2, 2002.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “teorias” de famílias. In: In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de, (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p.23-27.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.71, p.9-25, set. 2002.

TEIXEIRA, Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. *Revista Política Públicas*, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, Solange M. A trajetória da família no Sistema de Proteção Social Brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. In:

\_\_\_\_\_. *A família na política de assistência social: concepções e tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina – PI*. Teresina: EDUFPI, p.75-121, 2013.

TEIXEIRA, Solange M. Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada. *Emancipação*, Ponta Grossa, v.13, n.1, p.75-86, 2012.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.13, n.1, p.4-23, 2010.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito da criança e do adolescente*. Florianópolis: OAB, 2006.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. A educação básica na legislação brasileira. *Sequência*, Florianópolis, v.47, p.99-125, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. *Praia Vermelha: estudos de política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.72-94, 2008.

do trabalho social com família nos CRAS de Teresina – PI. Teresina: EDUFPI, p.75-121, 2013.

TEIXEIRA, Solange M. Família e proteção social: uma relação continuamente (re)atualizada. *Emancipação*, Ponta Grossa, v.13, n.1, p.75-86, 2012.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.13, n.1, p.4-23, 2010.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *Direito da criança e do adolescente*. Florianópolis: OAB, 2006.

VERONESE, Josiane Rose Petry; VIEIRA, Cleverton Elias. A educação básica na legislação brasileira. *Sequência*, Florianópolis, v.47, p.99-125, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. *Praia Vermelha: estudos de política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.72-94, 2008.

## ANEXO A

### PROGRAMA CAMPEÕES NAS QUADRAS E NA VIDA AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, \_\_\_\_\_  
 \_responsável pelo adolescente \_\_\_\_\_ autorizo que seja  
 feito uso de imagem, para todos os termos, nas atividades promovidas pela FUCAS durante  
 o exercício de 2015.

#### **TERMO DE USO DO UNIFORME**

A criança e/ou adolescente receberá uniforme da FUCAS para utilização nas atividades  
 diárias, contendo duas camisetas, um Kimono e faixa (caso participe da atividade de Judô).  
 O uniforme deve ser utilizado **TODOS OS DIAS**.

Após a saída do adolescente do Programa, este material deve ser devolvido às Assistentes  
 Sociais da Fundação para que outros assistidos possam utilizar. Caso não haja a devolução,  
 será cobrado dos responsáveis o valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), referente ao  
 extravio do Kimono entregue no início da atividade.

#### **RESPONSABILIDADE POR DANOS**

O adolescente e seus responsáveis, ao assinarem o presente termo, expressamente se  
 responsabilizam por todo e qualquer dano em decorrência de ato intencional e consciente  
 praticado pelo participante.

A FUCAS não se responsabiliza por objetos de valor como celulares, dinheiro entre outros  
 materiais que o adolescente portar durante as atividades.

#### **TERMO DE DESLIGAMENTO**

Toda semana é realizada contagem da presença, a fim de verificar a participação Programa.  
 São realizados contatos telefônicos e visitas domiciliares à família durante este período.  
 Caso o adolescente não compareça em 30 dias consecutivos e não tenhamos conseguido  
 entrar em contato para saber o motivo das ausências, será realizado o desligamento  
 automático no Programa. O adolescente que não estiver dentro dos critérios técnicos e não  
 apresentar rendimento escolar, igualmente, poderá a qualquer momento, ser desligado do  
 programa. Declaro que aceito e concordo com todos os termos acima constantes,

Florianópolis, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_.

Assinatura dos Responsáveis

\_\_\_\_\_.



**ANEXO B****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu \_\_\_\_\_, portadora do documento de CPF \_\_\_\_\_, estou ciente de que a minha participação na entrevistasemi-estruturada, realizada pela Estagiaria do Serviço Social do “Programa Campeões nas Quadras e na Vida” – (PCQV) e supervisionada pelas Assistentes Sociais do Programa, é voluntária e terá a duração de 10 a 20 minutos, quando será utilizado o recurso de gravação de áudio.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Tendo em vista, que todo o material produzido ficará disponível para o entrevistado, quando este quiser acessar.

A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Portanto, os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O pesquisador responsável se compromete a tornar público nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação do participante.

Afirmo que tenho clareza do objetivo da participação nesta entrevista, bem como, das orientações quanto ao teor de todo o documento aqui mencionado e compreendo a natureza e o objetivo do referido estudo. Sendo assim, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Se você aceitar participar, contribuirá para realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Se você concorda em participar desta entrevista, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do entrevistador responsável. Seguem os telefones e o endereço institucional do entrevistador responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre a entrevista e sua participação nela. Contatos do entrevistador responsável: (48) 9900-8941.

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do sujeito da pesquisa)

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do entrevistador responsável)